

## PDAD aponta desigualdade entre as regiões administrativas

p. 43

Desafio à gestão territorial

p. 23

Superação da extrema pobreza

p. 19

Emprego na área de turismo

p. 13

Sebrae-DF formaliza empreendedorismo

p. 39



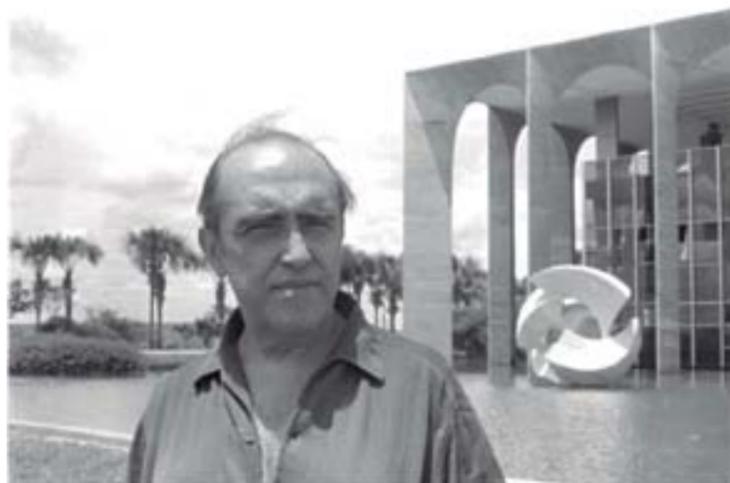
Entrevista Aldo Paviani  
Radiografia da Área Metropolitana de Brasília

p. 7

# Oscar Niemeyer

Escultor do concreto armado

1907-2012



Oscar Niemeyer - Palácio do Itamaraty - O Meteoro: Bruno Giorgi

*"De um traço nasce a arquitetura. E quando ele é bonito e cria surpresa, ela pode atingir, sendo bem conduzida, ao nível superior de uma obra de arte. Mas essa fase inicial exige por antecipação que o arquiteto se integre nos problemas tão variados do trabalho a executar: a natureza do terreno, o ambiente em que será inserida a construção, o sentido econômico que ela representa, a orientação ... "Cada arquiteto tem seu tipo de arquitetura preferido. A minha é baseada na técnica, na ideia de que a arquitetura deve ser invenção. O importante na arquitetura e numa obra de arte é o espanto."*

Oscar Niemeyer

Fonte: NIEMEYER Oscar. *Minha Arquitetura 1937-2004*. Rio de Janeiro: Editora Revan  
Foto: Arquivo Público do Distrito Federal

Brasília em debate - Ano 2012 - nº 1 - Dezembro  
1. Economia – Planejamento Territorial Distrito Federal (Brasil)  
ISSN - 2316-820X

## Índice

Carta ao leitor	5
Entrevista - Aldo Paviani	7
O emprego do turismo no DF e o perfil da mão de obra – um retrato e instrumentos para análise	13
Superação da miséria no Distrito Federal	19
Desafios ao planejamento e à gestão territorial integrada da Área Metropolitana de Brasília	23
Idecon-DF	31
Catadores têm renda satisfatória	33
Distrito Federal é referência na formalização de empreendedores	39
Perspectivas para o desenvolvimento da Área Metropolitana de Brasília	41
Desigualdade marca fosso socioeconômico entre regiões do DF	43

## Apresentação

*Brasília em Debate* com periodicidade trimestral, substitui, numa dimensão mais elevada, a Revista de Indicadores Conjunturais, editada pela Codeplan, de forma descontínua, desde 1974. Nesta primeira edição apresentamos em destaque uma síntese da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal (PDAD/DF-2011), com enfoque na desigualdade, destacando o fosso entre as regiões administrativas de alta e de baixa renda. Ainda nesta linha, reportagem aborda a questão do lixo no DF, sob o aspecto socioeconômico.

O entrevistado de nossa primeira edição é o geógrafo e professor da UnB Aldo Paviani, exímio conhecedor da nossa realidade socioeconômica e que discorre sobre os problemas que atingem nossa área metropolitana e formula propostas. Também o artigo do arquiteto e professor da UnB, Benny Schvasberg, trata da área metropolitana, em especial a sua necessária gestão integrada.

Já a engenheira Margarida Hatem aborda a questão do mercado de trabalho na área de turismo no Distrito Federal, tema pouco explorado em nossa cidade e o diretor de Estudos e Políticas Sociais da Codeplan, Osvaldo Russo, discorre sobre os desafios de superar a miséria na Capital Federal, analisando as relações entre a desigualdade e a pobreza.

Entre as reportagens destaca-se o seminário “Perspectivas para o Desenvolvimento da Área Metropolitana de Brasília”, realizado em 19 e 20 de novembro, em Brasília, que se propôs debater com a sociedade civil os principais desafios enfrentados pela região na busca de um planejamento integrado entre o Distrito Federal e o Entorno.

O Sebrae/DF, parceiro da Codeplan em diversas áreas, inclusive na iniciativa de criação da *Brasília em Debate*, publica reportagem em que mostra o Distrito Federal como referência na formalização de empreendedores individuais.

Por fim, criamos a coluna fixa Idecon-DF que apresenta o desempenho da economia do DF a cada trimestre.

## Carta ao leitor

*Em apenas 52 anos de existência, Brasília se transformou na 7ª maior metrópole brasileira, com estimados 3,65 milhões de habitantes em 2012, sendo 2,7 milhões no DF e 950 mil na sua periferia metropolitana, mais conhecida como Entorno Metropolitano. Trata-se, ainda, da unidade federativa de maior PIB per capita, de maior renda domiciliar per capita e de maior IDH. Seu mercado consumidor é o 3º maior do País, somente superado pelos das regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro.*

*Mas a próspera sociedade construída em Brasília nesses 52 anos é também a que apresenta o maior coeficiente de desigualdade do Brasil, tanto em termos sociais - com 24% das pessoas residindo em domicílios com rendimento médio mensal de até 2 salários mínimos (metade do necessário para o sustento de uma família, segundo o Dieese) e 26% residindo em domicílios com rendimento superior a 10 salários mínimos - quanto espaciais, pois enquanto no Lago Sul, 92% das famílias têm renda acima de 10 SM e apenas 1,5% até 5 SM, na Estrutural, ínfimos 0,2% têm renda acima de 10 SM e 92% têm renda de até 5 SM (sendo que 54% até 2 SM).*

*A extrema desigualdade revela-se, ainda, no grau de escolaridade, na medida em que no Lago Sul e Lago Norte, 85% dos chefes de domicílios possuem nível superior completo, enquanto na Estrutural e Itapoã, a proporção é de pouco mais de 1%. Em contraste, nessas RAs, os chefes de domicílios analfabetos ou que apenas possuem o nível fundamental incompleto, somam quase 70%, sendo apenas 1% nas RAs de renda elevada.*

*A base de tamanha assimetria é a estrutura produtiva existente no DF, cuja economia é fortemente dependente do setor público (55% do PIB), embora este gere pouco mais de 20% das ocupações. O rendimento médio dos assalariados do setor público é quase 4,5 vezes maior que nas demais ocupações. Não por acaso, os assalariados na administração e serviços públicos são mais de 40% dos ocupados no Sudoeste/Octogonal, Lago Norte, Brasília e Jardim Botânico, percentual que na Estrutural e em Itapoã não alcança 3%.*

*O DF se caracteriza pela baixa diversificação da sua estrutura produtiva, já na periferia metropolitana, a atividade econômica é ineficiente, razão da forte*

*dependência do mercado de trabalho do DF, da baixa capacidade de arrecadação das administrações municipais e da pobreza da maioria de sua população.*

*O PIB conjunto dos municípios da periferia metropolitana corresponde a apenas 4% do PIB metropolitano total, enquanto nas demais regiões metropolitanas do país esta participação varia entre 25% e 50%. Sete dos dez municípios metropolitanos têm renda média domiciliar inferior à das 29 RAs do DF, superior apenas à da estrutural. A soma dos orçamentos municipais de nossa periferia, previsto para 2013, não chega a R\$ 1,5 bilhão, mais de 20 vezes menor que os R\$ 32 bilhões do orçamento previsto para o DF.*

*Outra grande distorção em nossa sociedade é a forte concentração dos postos de trabalho na RA 1 – Brasília, que com apenas 8% da população do DF, responde por 48% dos postos de trabalho existentes. Trata-se de uma RA com pouco mais de 200 mil moradores, mas onde trabalham cerca de 650 mil, vindos das outras 29 RAs e dos municípios vizinhos. E o mais grave é que a população cresce nas RAs onde não são gerados os empregos.*

*Duas estratégias são imperiosas: diversificar nossa estrutura produtiva (com foco na atividade industrial) e desconcentrar as atividades econômicas, não somente no DF, mas de forma articulada com os municípios metropolitanos, tendo como pressupostos para a atração de novos investimentos a ampliação e melhoria da infraestrutura econômica, objeto do PAC do DF e Entorno. Essas estratégias vêm sendo implementadas pelo GDF, mas deve-se ressaltar que ambas são de consecução de longo prazo.*

*Todas são questões que a Codeplan vem, nesses últimos dois anos, colocando na ordem-do-dia, extrapolando mesmo a sua missão que é a de produzir e disseminar informações, promovendo e provocando a reflexão sobre as distorções construídas nesses 52 anos e sugerindo alternativas. O lançamento de Brasília em Debate vem coroar este processo, instigando o debate, tornando-se um espaço para especialistas, acadêmicos, lideranças de entidades empresariais, sindicais e dos movimentos sociais debaterem temas fundamentais para o futuro do Distrito Federal e veiculando propostas para a superação de nossos maiores problemas.*

Desejamos boa leitura a todos e um Feliz 2013!

Júlio Miragaya  
Presidente da Codeplan

## Radiografia da Área Metropolitana de Brasília-AMB

**A** busca de soluções para os problemas do Distrito Federal-DF e do território que o cerca é uma constante preocupação do professor emérito e titular da Universidade de Brasília, Aldo Paviani, pesquisador associado do Departamento de Geografia e do NEUR/CEAM/UnB. Participa ativamente de discussões, em seminários, congressos, afetas à mobilidade da população, emprego, desemprego e centralização de atividades na AMB. Pesquisa e recolhe experiências em outros países que possam contribuir para resolver nossos entraves urbanos. Para o professor, a capital federal requer cuidados diferentes de outras capitais estaduais, as quais não têm a mesma importância. O congestionamento e problemáticas urbanas de Brasília podem ter reflexos em todo o país, especialmente na AMB.



Paviani explica que no DF o polinucleamento ocorreu pela segregação da população que morava em acampamentos provisórios, próximas ao Plano Piloto, que foram disconstituídas sem nenhum critério. Para ele a AMB abrange dois territórios, DF e Goiás, mas funcionalmente, trata-se de área geográfica unificada que a torna singular. A capital torna-se em um pólo de atração para as pessoas trabalhar ou buscar serviços. Isso porque nem o DF nem Goiás conseguem oferecer habitação própria, postos de trabalho, hospitais e serviços para atender essa população.

O professor aponta a deficiência do sistema de transporte coletivo na área metropolitana e propõe que os ônibus poderiam ser substituídos por veículos leves sobre trilhos, bondes ou trens, como são utilizados em outros países.

Nesta entrevista concedida ao presidente da Codeplan, Júlio Miragaya, e à jornalista Valda Queiroz, o professor tratou ainda de temas de seu interesse: urbanização, metropolização, impactos ambientais, emprego/desemprego, exclusão sócio espacial, avanços científico-tecnológicos e gestão do território.

Com vasto currículo acadêmico, Aldo Paviani, gaúcho, é bacharel e licenciado em Geografia e História/PUC/1958, tem pós-doutorado no ILAS/Universidade do Texas/1983. Na UnB, foi ainda diretor do CEAM e do Instituto de Ciências Humanas. Pertenceu à Comissão da UnB em homenagem aos 50 anos de Brasília e, faz parte da Comissão dos 50 anos da UnB. Recebeu os títulos de "Cidadão Honorário de Brasília" na Câmara Legislativa do DF em 1999. Organizou uma série de coletâneas sobre Brasília da Editora da UnB.

Primeiro brasileiro a publicar artigo na revista Finisterra, do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, onde fez curso de pós-graduação. Seguindo essa tradição publica mensalmente artigos sobre temática urbana no Correio Braziliense. Contribuiu com a homenagem ao amigo Milton Santos ao publicar o artigo "Brasília em Milton Santos: registro metodológico" no livro O mundo do cidadão, um cidadão do mundo, editado pela Hucitec, em 1996 (519 pág.). A obra resultou do seminário realizado no Departamento de Geografia da USP.

# 156 e 160

## Atendimento ao Cidadão

**Ligações gratuitas**

**Horário de funcionamento**

Segunda a sexta-feira: 7h às 21h

Sábados, domingos e feriados: 8h às 18h

Foto: Ana Lúcia Soares

**codeplan**  
COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

**SEPLAN**  
Secretaria de Estado de Planejamento  
e Orçamento do Distrito Federal

**GDF**

## **BD – O senhor está organizando um livro sobre ensino no urbanismo. Já tem previsão de lançamento?**

**Aldo Paviani** - O título provisório é Planejamento e Urbanismo – objeto, método, instrumentos da Coleção Brasília da Editora da Universidade de Brasília, com lançamento no próximo ano, talvez em maio. Trata-se de uma edição em parceria com os professores Suely Gonzales e Jorge Guilherme Francisconi e faz parte da extensa programação dos 50 anos da UnB. Estão previstos artigos de professores de várias universidades do país das áreas de geografia, arquitetura e urbanismo, sociologia, economia. A coletânea, que fundei em 1985, foi editada pela Editora Projeto, de São Paulo, que acabou cedendo os direitos para a Editora UnB. Até o momento saíram nove edições com cerca de 107 artigos sobre a realidade do Distrito Federal e a Área Metropolitana de Brasília

## **BD – O que é a Área Metropolitana de Brasília - AMB? Qual a distinção entre AMB e Entorno?**

**Aldo Paviani** - A AMB é o conjunto formado por Brasília e os 10 municípios circundantes ao Distrito Federal – DF. A distinção existente é que a AMB se formou com territórios de duas unidades da federação – DF e Goiás -, o que a torna singular. Entorno não se encontra nos dicionários de geografia urbana, por isso nós o rejeitamos. O termo é usado pela mídia ao referir o território circundante ao DF e passou a ser pejorativo. A AMB possui 3,5 milhões de habitantes, sendo 2,6 milhões do DF e cerca de 900.000 dos municípios goianos. Embora a AMB apresente limite geodésico entre DF e Goiás, trata-se de unidade urbana geográfica unificada. Brasília exerce forte atração para pessoas dos 10 municípios goianos, que nela trabalham buscam serviços, lazer, etc. Ainda, nem o DF, nem Goiás conseguem oferecer habitação, hospitais e serviços em quantidade e qualidade suficientes para essa população. Por essa razão, essa área acaba sendo muito visada e explorada pela especulação imobiliária. Com isso, se expande e se torna complexa. A solução será alterar a Constituição para permitir que dois estados

organizem formal e legalmente a AMB. Para esse modelo de área metropolitana indica-se novo formato de urbanismo, de gestão e de políticas públicas.

## **BD - O senhor pode explicar do ponto de vista histórico como Brasília foi constituída com um padrão esparsa e polinucleado?**

**Aldo Paviani** – Historicamente, a capital deveria se configurar de maneira fechada, conforme o planejamento original, isto é, Brasília coincidiria com o Plano Piloto. Todavia, isso foi alterado já em 1958, com a criação de Taguatinga, primeira unidade esparsa, já que a

*É preciso encontrar uma solução para o futuro (da AMB), prever o que vai acontecer daqui a 20 ou 30 anos. A proposta seria DF e Goiás estabelecerem soluções políticas conjuntas e unificadas para esses problemas.*

Cidade Livre (Núcleo Bandeirante) seria desconstituída por ser uma unidade provisória. Antes da inauguração da capital, existia Planaltina e Brazlândia, distrito de Luziânia. Mais adiante, surgiram o Gama, Sobradinho, Guará e outras cidades-satélites, todas ocupando o território de forma esparsa ou polinucleada. A maioria constituiu-se em unidades habitacionais, incapazes de reter a população para trabalhar nelas próprias. Ao final, elas não possuem autonomia. É um equívoco dizer que são cidades porque não são sedes municipais, mas unidades dependentes do Plano Piloto/GDF. Eu diria que apenas Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, ambas com mais de 200 mil habitantes são relativamente independentes da cidade-mãe.

## **BD – A subdivisão em RAs não deu muito certo?**

**Aldo Paviani** – A região administrativa é uma classificação puramente

administrativa dos governantes, diferente da visão dos geógrafos. Designaríamos algumas como cidades-satélites porque têm comércio avantajado e uma massa de trabalhadores nelas residente. Historicamente, foi uma solução para abrigar operários que não tinham onde morar. Mesmo as quadras 400 destinadas a eles, não funcionou porque os preços subiram muito. O polinucleamento se deu pela segregação da população que morava em acampamentos provisórios, em “grandes invasões” (favelas), estas próximas ao Plano Piloto e foram desconstituídas sem muito critério. Com a população transferida projetaram-se as cidades-satélites. Muitas delas foram criadas a partir da demarcação improvisada de lotes, algo dissociado de uma cidade compacta, planejada.

## **BD – Como o senhor avalia a transição da área da cidade polinucleada, em relação à Brasília original para a metrópole conurbada?**

**Aldo Paviani** – A transição foi lenta e gradual, como a nossa democracia... Começou com ajustamentos do setor imobiliário e do próprio governo. O que favoreceu tudo isso foi o fato de o DF, hoje, quase todo ocupado, ser uma enorme e cara reserva de mercado habitacional, mais do que qualquer outro lugar. As cidades satélites foram ocupando espaços em que se permitiam fazer acréscimos. O setor de Mansões de Samambaia foi anexado a Taguatinga. A própria Samambaia, no início, eram quatro, e recebia tratamento pejorativo em termos de ocupação porque era lugar de gente pobre e desempregada, além de ter altas tarifas de transporte. Mas, esta problemática é comum em toda a Área Metropolitana. É preciso encontrar uma solução para o futuro, prever o que vai acontecer daqui a 20 ou 30 anos. A proposta seria DF e Goiás estabelecerem soluções políticas conjuntas e unificadas para esses problemas.

## **BD – Qual o real diagnóstico da desigualdade da Capital?**

**Aldo Paviani** – Brasília foi pensada de forma que o senador e o motorista morassem na mesma quadra. O

arquiteto Paulo Bicca desqualificou essa mitológica afirmação no livro *Brasília - ideologia e realidade* ao colocar que a cidade idealizada seria a mais igualitária, mas não nesse nível utópico. O meu diagnóstico é que primeiro colocaram nas cidades satélites pessoas sem poder político para mudar esse quadro, não há eleições, além da falta de emprego, escolas, hospitais, problemas difíceis de eliminar. Brasília ao contrário do que certa imprensa insiste não é uma “ilha da fantasia”, mas uma cidade que se assemelha a qualquer outra. A desigualdade aparece também no considerável número de moradores de rua que vêm para o DF em busca de oportunidades alternativas. São

*A barreira para aqueles com renda média familiar ao redor de 1 salário mínimo provoca a desigualdade educacional e a falta de trabalho. A questão da distribuição de renda se resolve a longo prazo. Para isso, é preciso identificar os bolsões de pobreza, tomar decisões pontuais dentro de uma visão de planejamento global. Sobre a questão da renda, esta deve ser acompanhada de uma política de habitação que defendo há quase 10 anos.*

pessoas que não precisavam migrar para o DF e podiam ficar nos anéis externos, em Goiás e Minas, se lá houvesse oportunidade de trabalho.

## **BD - Os dados divulgados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD indicam que o baixo rendimento na Estrutural é estarrecedor.**

**Aldo Paviani** – Sim, é a cidade mais pobre junto com o Varjão. Creio que é o lugar de maior desigualdade e ninguém conseguiu remover os moradores sem tensão. As pessoas

permanecem lá porque conquistaram o espaço, apesar da humilhação, em função de dar e receber. A Estrutural foi fruto de uma ocupação que não deveria ter acontecido, mas não foi possível removê-la devido a interesses por parte de políticos em busca de apoio popular. O governador Cristovam Buarque não removeu os moradores da Estrutural e o problema seguiu no governo Roriz, que abriu espaço para Santa Maria, Recanto das Emas e outros núcleos, exatamente para ver se atenuava o problema da distribuição da renda. Só que a barreira para aqueles com renda média familiar ao redor de 1 salário mínimo, vai continuar convivendo com a desigualdade educacional e a falta de trabalho. A questão da distribuição de renda tem uma imposição de data, porque é coisa para se resolver a longo prazo, virão várias gerações para corrigir as desigualdades sociais e econômicas locais. Para mudar essa percepção é preciso identificar os bolsões de pobreza, e aí tomar decisões pontuais dentro de uma visão de planejamento global. Sobre a questão da renda, esta deve ser acompanhada de uma política de habitação que venho defendendo há quase 10 anos. Desde que eu conheci os dados sobre desemprego, divulgados pela Codeplan/Dieese, notei que a pobreza era maior nas cidades-satélites mais recentes do DF.

## **BD – O que quer dizer lacuna de mão de obra?**

**Aldo Paviani** - Diria que é mais uma lacuna de trabalho do que lacuna de mão de obra. Inventei esse termo quando fazia uma pesquisa em Pedregal (Parque Estrela Dalva VI, Ceilândia-DF), observei que jovens entre 18 e 20 anos não frequentavam a escola e nem trabalhavam. Eram membros de uma família cuja mãe trabalhava no comércio no Plano Piloto e o pai numa obra longe daqui, gastando até dois para dias para voltar para casa. Isso acontece quando as empresas não têm um plano de estabelecimento de atividades privadas ou públicas e limitam o ingresso de trabalhadores. Chega ao ponto de uma empresa com 500 operários, reduzir para 400; os 100 restantes sobram, engrossando a lacuna de trabalho, que aumenta com

uso de tecnologia e operários mais qualificados. Essa lacuna acontece em bancos, que cada vez mais usam a informática para substituírem funcionários.

## **BD – Qual a solução da mobilidade da população do DF e da AMB?**

**Aldo Paviani** – Existem duas formas de modalidade, a espacial e a social, que poderiam ser a solução do DF e dos municípios limítrofes, componentes da AMB. Na modalidade espacial, o antigo sistema de transporte coletivo de ônibus poderia ser substituído por veículos leves sobre trilho, bondes ou trens, como são utilizados nas grandes metrópoles, em grandes extensões, a exemplo de Chicago, Londres, Paris, Moscou. Os metrô modernos criam oportunidades para as pessoas se deslocarem em qualquer direção, os trens trafegam por baixo de rios e cobrem grandes superfícies. Mas não podemos esquecer que estamos nesta capital há apenas 52 anos e aquelas cidades são centenárias. Para a derrubada das desigualdades facilitaríamos a mobilidade espacial, que por sua vez elevaria o status socioeconômico. Mesmo que a pessoa more longe, se for fácil o acesso ao trabalho, chegará mais descansada, viajaria sentada, ao contrário de quem viaja de ônibus, em pé.

## **BD – De que forma a Capital poderia adotar um sistema integrado de transporte?**

O ideal para Brasília seria fazer a ligação da Área Metropolitana Sul com desembarque na Rodoferroviária; os ônibus fariam a ligação da linha férrea com os diversos destinos. Na AMB, teríamos a integração de

*A desigualdade no DF aparece no considerável número de moradores de rua que vêm para o DF em busca de oportunidades alternativas. São pessoas que não precisavam migrar para o DF e podiam ficar nos anéis externos, em Goiás e Minas, se lá houvesse oportunidade de trabalho.*

todos os aspectos do território e da vida social por meio dos transportes e dos serviços. A ampliação de vias, a construção de viadutos, pontes, garagens subterrâneas e tal, nada disso será solução: só traz mais veículos para o Plano Piloto, e daí mais problemas no tráfego, engarrafamentos, acidentes.

**BD – Qual a vocação econômica do DF e da periferia metropolitana? Há espaço para a industrialização na AMB como forma de superar os limites do setor público como elemento propulsor do desenvolvimento local?**

**Aldo Paviani** – Penso que em vez de vocação, o DF tem potencialidades além do setor público. Cada vez mais, tanto o setor público quanto o privado podem atender o pessoal mais qualificado, com possibilidade de inserção no mercado e também na prestação de serviços. A indústria se vier, vai ser tecnológica, com capacidade de aumentar a produção. Digamos que o setor de confecções seja viável, e talvez uma unidade automobilística com utilização de robôs para fabricação da carcaça de automóveis. O desenvolvimento do DF vai depender da mudança do perfil de suas atividades. Diante disso, me pergunto, se há tendência de aumentar a capacidade industrial aqui, como seria isso, se tem como meta a qualidade ambiental? Nesse caso, não poderá ter indústrias poluentes, mas a partir de outros parâmetros como a Cidade Digital, berçários de empresas, de geração de inovações etc.

*Hoje existe tecnologia capaz de controlar danos à população e não gerar barbaridades como a indústria de cimento de Sobradinho, no setor da Fercal, onde as crianças vão para a escola no meio da poeira de cimento. Poderiam usar filtros, a exemplo do que faz a Votorantim em São Paulo.*

**BD – Outras metrópoles se ajustaram a estes novos tempos?**

**Aldo Paviani** - Já existem metrópoles que se ajustam à modernidade. Há forte competição em relação à instalação de indústrias no país. No caso do Rio Grande do Sul, o governo de Olívio Dutra dispensou a instalação da Ford, que poderia gerar milhões em subsídios para a indústria e preferiu usar os recursos em habitação, no orçamento participativo etc. Ao final, a Ford se instalou na Bahia. Ao atrair indústrias, teremos que avaliar se pode ser aceita, se contém algum componente ecologicamente tóxico, porque indústria poluente não serve aqui, nem em qualquer outro lugar do mundo. Hoje existe tecnologia capaz de controlar danos à população e não gerar barbaridades como a indústria de cimento de Sobradinho, no setor da Fercal, onde as crianças vão para a escola no meio da poeira de cimento. Poderiam usar filtros, a exemplo do que faz a Votorantim em São Paulo. O setor privado precisa colaborar mais neste sentido e atrair indústrias não poluentes, aqui ou na área metropolitana externa, inclusive que sejam capazes de reter o pessoal que mora nos municípios goianos.

**BD - O que pode ser feito?**

**Aldo Paviani** – Aí, temos o outro lado da moeda, é necessário preparar a mão de obra voltada para a tecnologia, acompanhar esta virada para atender as potencialidades locais porque, por exemplo, na agroindústria a tendência é ficar na área de serviços. A agroindústria concentra-se em Anápolis, com ensacamento de grãos de soja e frigoríficos. O setor privado tem um fator limite de extensão. Quanto às indústrias, não se definiu, quais e como serão. Não é algo para revolver do dia para a noite. É preciso pensar o futuro, que seja voltado para o intercâmbio metropolitano e regional. O que vai acontecer na Região Centro-Oeste, com o Fundo do Centro-Oeste na recém-criada SUDECO? Espero que seja um olhar para a região de uma maneira global e a definição do que pode ficar próximo ou a 100 km. Com esta oportunidade poderia se pensar em um grande anel viário com mais de 300 quilômetros de extensão para justamente descentralizar a metrópole.

*O geógrafo Milton Santos, diz que o planejamento tem que ser global, totalizante.*

*Totalizante é o ideal; o pontual e o fragmentário acabam não se desenvolvendo. Deve se considerar os recursos pesados, e repensar a educação para qualificar a mão de obra, em relação à energia, à água, ao saneamento e o meio ambiente.*

Desafogaria o trânsito de caminhões pesados que passam pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento -EPIA. Temos uma série de questões que devem ser vistas globalmente. Segundo o geógrafo Milton Santos, o planejamento tem que ser global, totalizante. Totalizante é o ideal; o pontual e o fragmentário acabam não se desenvolvendo. Deve se considerar os recursos pesados, mas também repensar a educação para qualificar a mão de obra, em relação à energia, à água, ao saneamento e aos problemas ambientais.

**BD - Os riscos ambientais são reais? Vale lembrar o que está acontecendo na barragem do Descoberto com riscos de contaminação.**

**Aldo Paviani** – É uma realidade, isso está acontecendo numa velocidade superior à capacidade de atendimento das instituições. Sim, porque exatamente em Águas Lindas com o apelido, às vezes, de águas sujas, lá o relevo se inclina para a barragem de Santo Antônio do Descoberto. As nascentes são contaminadas pelo esgoto doméstico, que flui para o grande reservatório do Descoberto. A barragem de Santa Maria está numa área ambientalmente mais preservada. Os riscos estão na faixa de saneamento e na falta de água suficiente para a demanda da população existente, com a pressão sobre o aquífero. São milhares de poços artesianos ilegais que diminuem a capacidade da vazão das nascentes do Lago Paranoá. Sustento que, futuramente, o Lago Paranoá será um pântano, um charco,

porque na entrada dos afluentes vê-se a formação de ilhas com o material trazido pela água, o que vai diminuindo a lâmina d'água. Isso gera grandes problemas ambientais e vai demandar grandes investimentos para dragagem. Outra coisa que não se está pensando é sobre o lixo. Não há nas escolas nenhuma disciplina capaz de dar aos alunos noções de civilidade, cidadania e preservação ambiental. Ao redor de uma escola no Lago Sul, encontram-se garrafas, papel, plástico. Por que não mobilizam as crianças para coletar e selecionar esse material, e cobrar delas para fazerem o mesmo em casa?

**BD – Qual a solução dos esgotos a céu aberto?**

**Aldo Paviani** – Essas questões estão em minha mente porque já visitei o Lago Lemán em Berna, na Suíça, limpíssimo. Conheço os Grandes Lagos americanos e outros por aí fora, que são bastante limpos porque existe a coleta, não se joga o lixo *in natura* em áreas públicas ou no esgoto, como se faz no Lago Sul e no Lago Norte. É impressionante o número de residências que não estão ligadas à estação de tratamento da CAESB porque não há bombeamento dos esgotos. São problemas ambientais sérios, não só com a água contaminada, mas igualmente porque a vegetação e as nascentes se esgotam e os animais se extinguem. O lixo doméstico é outro problema sério também. São toneladas diárias

*Futuramente, o Lago Paranoá será um pântano, um charco, porque na entrada dos afluentes vê-se a formação de ilhas com o material trazido pela água, o que vai diminuindo a lâmina d'água. Isso gera grandes problemas ambientais e vai demandar grandes investimentos para dragagem. Outra coisa que não se está pensando é sobre o lixo.*

sem destino adequado, jogados em terrenos baldios ou nos córregos.

**BD - Como o senhor avalia a proposta do PDOT do DF?**

**Aldo Paviani** - O PDOT é uma incógnita, os possíveis arranjos feitos no passado foram em função das pressões impostas pelo setor imobiliário, sancionado pelos deputados que colocaram emendas totalmente inconstitucionais. Eu diria que ao ser revisado, seja o centro do planejamento global, com uma visão de totalidade, voltado para o setor habitacional, emprego, transporte, lixo. Deveria ser uma lei a ser cumprida, sem brecha para se escorregar em irregularidades. Aqui sempre se pensou no uso do território ao bel-prazer de diversos interesses, na impunidade, fato consumado que ninguém mais altera. É um drama, por exemplo, quando se quer regularizar condomínios que de outra forma poderiam ser desconstituídos, porque são ilegais. Muitas vezes se torna impossível porque já estão consolidados. Seria injusto para certas pessoas que, de boa fé, compraram terrenos ou casas nesses locais. O custo social é gigantesco. Aqui é a capital da República e o capital imobiliário da cidade é gigantesco e está cada vez mais ativo na especulação imobiliária.

**BD – E nas áreas ocupadas pelos condomínios, há riscos ambientais?**

**Aldo Paviani** - Indico solução radical para aqueles que ocuparam áreas de nascentes e destroem matas ciliares – devem ser retirados. Nesse caso, há necessidade de um plano de habitação para realocá-los. Há problemas que saltam aos olhos, Vicente Pires, por exemplo. Era uma colônia agrícola, mantendo a atividade de hortifrutigranjeiros. De repente brotou uma cidade, com uma enorme quantidade de poços artesianos. Em boa hora a CAESB colocou água potável para que as pessoas fechassem os poços. Muita gente permaneceu às margens do Córrego Vicente Pires, mas teve que se mudar por causa da lei. O governo vai ter que nomear uma equipe de especialistas, geólogos, geógrafos, biólogos para analisar essas áreas que vão dar trabalho no futuro. O

solo aqui é facilmente susceptível à erosão, por isso, há condomínios no Lago Sul, na Papuda que não podem ser habitados. Nesses casos, o governo necessita de muito critério para lidar com a pressão política dos interessados, sobretudo de alguns deputados distritais, que às vezes, não têm consciência nem ecológica nem econômica, quanto ao futuro do DF. Em Sobradinho, Ceilândia e outras áreas na periferia ocorreram voçorocas (erosões) de quilômetros, com 100 m de largura e com 40 m de profundidade, levando casas morro abaixo. São riscos constantes.

**BD - Brasília cumpriu seu papel histórico de promover a interiorização do desenvolvimento do país?**

**Aldo Paviani**– Creio que sim. A solução macro do IBGE mostra o deslocamento da população para o Oeste, o que Getúlio Vargas denominou de Marcha para o Oeste. Juscelino Kubitschek fez diferente de Vargas ao transferir a capital e conseguiu aumentar a mancha do povoamento que era mais evidente no litoral e foi se alargando para o interior, com uma curva em direção ao Centro-Oeste. Brasília, ao mesmo tempo, trouxe a população para o interior e aumentou o povoamento do Centro-Oeste. Para o Brasil foi bom, Brasília cumpriu seu papel, à medida que, se não existisse, não teríamos esses quase 4 milhões de habitantes no Planalto Central. Favoreceu também a região de Padre Bernardo, criou a Nova Planaltina – Brazilinha - aumentou o povoamento de Luziânia e de diversos municípios, Formosa também se expandiu. No eixo Brasília/Goiânia o desenvolvimento foi menor do que o esperado e aguarda programas para gerar oportunidades alternativas para Brasília.

**BD – Numa escala nacional, por exemplo, o próprio Mato Grosso, ou melhor, Cuiabá, Rondonópolis eram cidades estagnadas. O desenvolvimento delas tem a ver com Brasília?**

**Aldo Paviani** – Todo o desenvolvimento do Centro-Oeste tem a ver com Brasília porque ela estimulou o desenvolvimento de uma indústria alinhada à agricultura dos

*Brasília estimulou o desenvolvimento de uma indústria alinhada à agricultura dos grãos. Unai, por exemplo, se destaca como a maior cidade produtora de milho, soja, sorgo e de feijão. Fizeram uma pesquisa e constataram que os caminhões levam o feijão a granel para São Paulo, que retorna, embalado. Então temos o passeio de grãos.*

embrutecidas no transporte público. Outra coisa é o desperdício que se tem na gestão parcelada da água, esgoto etc. Certas ações necessitam ser aplicadas logo, não podem esperar mais do que dois anos. A integração está a caminho de ser resolvida.

**BD - Essa questão da gestão da área metropolitana é uma coisa complicada, cobrava-se como funcionaria aqui, porque tem uma diferença no Rio de Janeiro que não foi decidida. Existe também a questão da Emplasa em São Paulo, e de outras cidades como Porto Alegre e Recife, que não são fáceis. Embora seja uma questão complexa demais, o senhor aponta algum caminho?**

**Aldo Paviani** - Costumo afirmar que é uma incógnita porque esta questão da área metropolitana deveria constar do PDOT. Vai ter que se criar uma legislação forte, dentro da Constituição, mas fora dos padrões usuais para contemplar duas unidades federativas que possam ter uma área metropolitana. Nesse sentido tramita no Senado Federal a PEC 027/2007, que trata dessa questão. Espera-se que seja aprovada para superar esse problema.

**BD - Que tipo de legislação vai dar conta disso, aqui a RIDE se revelou ineficiente, tanto quanto em Juazeiro e Petrolina, Teresina e Timon no Maranhão.**

**Aldo Paviani** - Seria uma legislação que permitisse aos governos atenderem os municípios, com melhor qualidade ambiental e de gestão do setor público. Se continuar no individualismo, se não descentralizar a gestão própria de cada um com a possibilidade de o gestor modificá-la, não vai adiantar lutar, ela vai cair natimorta como a RIDE. Sempre se diz que a RIDE não teve o sucesso esperado, geograficamente é um problema, formada de 20 e tantos municípios. É um arranjo de uma área desenhada ao bel-prazer, com características de homogeneidade que de fato não existem.

**BD - E a simetria que existe, de um lado, o DF vive em boas condições, e de outro, estão os municípios pobres. Essa situação a gente ouve**

**dos prefeitos, e o governo não está querendo tomar nenhuma posição em relação à possibilidade de compartilhar parte do Fundo Constitucional do DF, um montante de 9 bilhões de reais. O que o senhor acha disso. É uma coisa justa?**

**Aldo Paviani** - Penso que poderá haver custos no futuro, de uma maneira gradual, mas não se pode ter tudo já. Espera-se fazer algumas concessões, aos poucos, nem que sejam mínimas para que os municípios se sintam agregados e inseridos na área metropolitana. Eis aí uma a questão que a política nos ensina: as coisas se conseguem conversando. E aí não dá para se espelhar no exemplo da Emplasa de São Paulo, porque são realidades distintas. Aqui, temos uma capital federal, que requer cuidados diferentes de outras capitais estaduais, as quais não têm a mesma importância que Brasília. Se emperrar a máquina pública aqui terá uma paralisia federal e fortes reflexos no âmbito da AMB. Há possibilidade de acertos dos governantes, temos que apostar na capacidade política de atender demandas da população que sofre com a falta de planejamento. Os governantes vão ter que pensar em termos de gestão futura e não em interesses pessoais, locais e clientelistas. Requer um planejamento reagrupado, totalizante, decisões a serem tomadas nos próximos quatro ou seis anos, inclusive com o apoio de senadores, deputados federais em um diálogo com as bases políticas para apoiar este tipo de integração estadual. Temos esperança de que a integração aconteça ainda no atual governo.

*Há possibilidade de acertos dos governantes, temos que apostar na capacidade política de atender demandas da população que sofre com a falta de planejamento. Os governantes vão ter que pensar em termos de gestão futura e não em interesses pessoais, locais e clientelistas.*

# O emprego do turismo no DF e o perfil da mão de obra – um retrato e instrumentos para análise

(\*) Margarida Hatem Pinto Coelho

Com a perspectiva de grandes eventos como a Copa do Mundo e Olimpíadas, aumentam as especulações em torno do impacto socioeconômico do turismo no nível nacional e local. Em especial, muito se fala sobre o seu impacto e no número de ocupações geradas pelo setor.

A previsão de tais impactos pressupõe o conhecimento da dimensão econômica do turismo e da sua contribuição para formação da riqueza, medida pela participação do setor no Produto Interno Bruto – PIB ou pela dimensão do emprego no setor, aspectos sobre os quais as informações disponíveis são limitadas. Nesse momento, fica evidente a carência de estatísticas sobre um setor que cada vez mais entra na agenda de desenvolvimento do país. O turismo é um setor que, em nível mundial, ainda busca obter dados estatísticos que retratem a sua real importância socioeconômica.

Para medir a relevância econômica do setor, a Organização Mundial de Turismo desenvolveu um marco conceitual denominado Conta Satélite de Turismo - CST. Sua construção exige um conjunto de estatísticas cuja sofisticação só permitiu sua estruturação em poucos países.

No Brasil, apesar da qualidade do sistema estatístico nacional, limitações relativas principalmente à informação sobre a demanda turística interna e externa constituem desafios para a elaboração da CST.

Nesse cenário, o Ipea<sup>1</sup> desenvolveu, em parceria com o Ministério do Turismo, uma metodologia que contribui para a leitura da importância socioeconômica do turismo, sob a ótica do emprego. As estatísticas, metodologia e análises sobre esse assunto integram o Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho do Setor Turismo – SIMT<sup>2</sup>, cujos dados embasam este artigo.

Essas informações possibilitam avaliar a importância do turismo na economia, acompanhar a geração de postos de trabalho formais e informais, conhecer o perfil da mão de obra, mostrando o desempenho das Atividades Características do Turismo – ACTs, um conjunto de atividades que representam a maior parte dos gastos dos turistas. As estimativas contemplam oito ACTs: Alojamento, Agências de Viagem, Transporte Aéreo,



Transporte Terrestre, Transporte Aquaviário, Aluguel de Transportes, Alimentação e Cultura e Lazer<sup>3</sup>. Doravante, essas oito ACTs serão denominadas “turismo” ou “setor turismo” neste texto.

O desafio na produção de dados sobre a economia do turismo é que, diferentemente de outros setores, nem toda produção gerada nas ACTs está associada ao turismo. Isso fica claro ao se abordar atividades como Alimentação ou Cultura e Lazer, nas quais o consumo dos turistas constitui parcela reduzida, comparado ao consumo dos residentes. Por isso, a maior parte dos números relativos à ocupação no turismo incorpora o total dos ocupados nessas atividades como prestadores de serviços do turismo, superestimando a ocupação no setor.

Para corrigir isso, foi feita uma pesquisa<sup>4</sup>, em todo Brasil, para conhecer a proporção de atendimento a turistas e a residentes, possibilitando a construção, para cada ACT, de coeficientes turísticos, que representam o percentual de turistas e de residentes atendidos nos estabelecimentos pesquisados. O cruzamento desses

1 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

2 Os relatórios da pesquisa estão na página do Ipea ([www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br) link emprego no turismo)

3 Atividades como comércio, transporte individual, gastos associados a residências secundárias não foram levados em consideração pela dificuldade ou custo de obter dados confiáveis.

4 Realizada pelo Ipea em 2005 e 2010

coeficientes com dados da Rais<sup>5</sup> e da Pnad<sup>6</sup> permitiu a elaboração das estimativas da ocupação formal e informal no turismo apresentadas neste artigo.

É importante destacar que, quando se trabalha com domínios populacionais menos expressivos, como ocupação informal no turismo, limitações relacionadas à amostra da Pnad comprometem a qualidade das estimativas da ocupação informal, em especial nos estados. Por essa razão, este artigo se atém ao segmento formal, tanto do turismo como da economia, apesar da relevância do segmento informal na ocupação.

Como no âmbito nacional, o turismo no DF tem sido considerado uma alternativa importante em termos de oportunidade de trabalho. Isso requer informações que contribuam para formulação de políticas, estratégias e ações voltadas para o setor. Especialmente agora, com a perspectiva de o DF sediar eventos esportivos relevantes.

Atenta a isso, a Codeplan firmou um Acordo de Cooperação Técnica com o Ipea, visando a realização de estudos sobre o mercado de trabalho do turismo no DF.

Este artigo apresenta dados sobre a dimensão e o perfil do emprego formal do turismo no DF, que poderão servir para o monitoramento das ACTs, análises sobre a dinâmica do setor, diagnóstico e definição de ações para o aumento da competitividade do turismo no DF.

Os dados apresentados referem-se a dezembro de 2010, exceto quando explicitado.

### Ocupação do turismo na economia brasileira

Em dezembro de 2010, as ACTs eram responsáveis por aproximadamente 2.085 mil ocupações no Brasil, representando cerca de 2,3% da ocupação da economia como um todo no país. Dessas ocupações, 890 mil, ou seja, 43% eram empregos formais e, 1.194 mil, informais, equivalentes a 57% do total. Os empregos formais do turismo representam 2,6% do total de empregos formais

da economia e, os informais, 2,1% das ocupações informais da economia.

Patamares superiores a 5% ocorrem em países líderes do turismo e países pequenos, geralmente próximos aos principais emissores internacionais. O desafio de aumentar a participação do turismo na economia brasileira extrapola a resolução dos gargalos de nossa oferta (infraestrutura de transportes, urbana e turística).

Sem desprezar a relevância dos fatores associados à oferta, deve-se destacar o contexto de nosso mercado interno, no qual parcela significativa da população encontra-se à margem do mercado turístico. O nível e a distribuição de renda são condicionantes estruturais do aumento da importância do turismo na economia, que está ligada ao desenvolvimento do país.

Mais importante que discutir a participação do turismo na economia é observar o dinamismo do setor, sua contribuição para o desenvolvimento regional e local, a evolução do perfil dos ocupados e da relação formal-informal.

A distribuição das ocupações (formais e informais) é distinta entre regiões e estados. O Sudeste respondia por 51% das ocupações do turismo, seguido pelo Nordeste, com 23%, Sul, 12%, e, no mesmo patamar, Norte e Centro-Oeste, 7%.

Quando se observa apenas o segmento formal, essa distribuição altera significativamente. O Sudeste participa com 59% dos empregos formais das ACTs e o Nordeste com 16%; o Sul com 14%, Centro-Oeste, 7% e Norte, 4%.

### Emprego formal no turismo do DF

No DF, havia 21.794 empregos formais nas ACTs, representando 2,4% do emprego formal no turismo do Brasil e, 36%, do da região Centro-Oeste. Vem à frente de Goiás, com 20.677 empregos, representando 2,3% e

35%, respectivamente. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul respondem por 16% e 13%, respectivamente, dos empregos formais do turismo no Centro-Oeste.

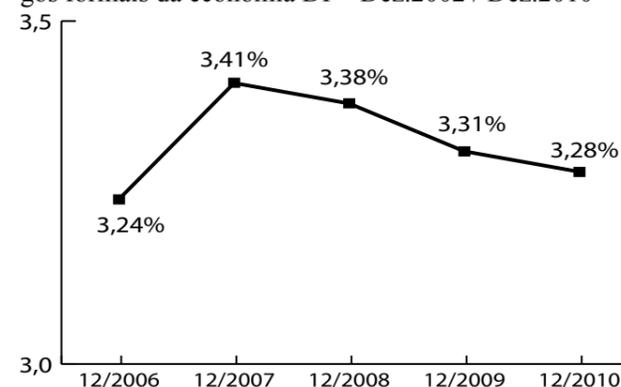
Esses 21.794 empregos representam 3,3% do número de empregos formais da economia do DF, acima da média nacional (2,6%) e da região Centro-Oeste, (2,4%).

Esse percentual se mantém relativamente constante desde 2006, apesar do crescimento do emprego formal do turismo no DF.

Entre 2006 e 2010, o DF teve crescimento de 23% no emprego formal do turismo, correspondente a 4.116 novos postos de trabalho, acima da média do Centro-Oeste, de 18%, mas abaixo da do Brasil, de 27%. Esse crescimento foi ligeiramente superior ao da economia do DF (22%), seguindo a tendência do Brasil, onde o emprego no turismo cresceu mais do que na economia. No Centro-Oeste, ao contrário, o emprego na economia cresceu mais que no turismo, como indica o gráfico 1.

A atividade Alimentação é a que mais contribui com empregos formais no turismo no DF, com 10 mil empregos, seguida, de longe, por Transporte Terrestre, com 4,2 mil postos de trabalho e Alojamento, com 2,8 mil. Essas três atividades correspondem a 78% do emprego formal nas ACTs, com 46%, 19% e 13%, respectivamente. A seguir, vêm Agência de Viagem e Transporte Aéreo, que representam 10% e 8% dos empregos formais nas ACTs.

Gráfico 1: Emprego formal das ACTs no total de empregos formais da economia DF - Dez.2002 / Dez.2010



Fonte: SIMT/ Ipea-Codeplan

### Perfil da mão de obra do turismo no DF

A remuneração média dos ocupados no turismo do DF é relativamente baixa, R\$1.049, valor inferior ao da média da economia do DF, R\$1.815 e do turismo no Brasil, R\$1.157, mas acima da média do Centro-Oeste, R\$948.

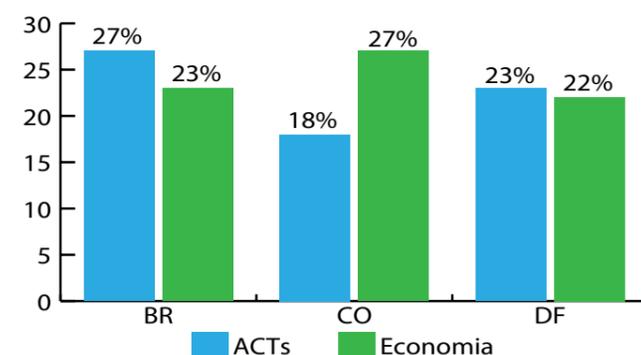
Para analisar as atividades mais ligadas ao turismo, utiliza-se o conceito de “núcleo das ACTs”, que engloba Alojamento, Agência de Viagem e Transporte Aéreo.

Quando se analisa o núcleo das ACTs, também se observa que a remuneração média no DF (R\$1.403) é menor que a do núcleo das ACTs no Brasil (R\$ 1.530) e superior à do Centro-Oeste (R\$1.094).

Segundo dados do SIMT, entre 2006 e 2010, a remuneração média no turismo do DF teve crescimento real médio de 6,3% ao ano, valor inferior ao registrado na economia no DF (7,2% aa) e na remuneração do turismo no Brasil (7,7% aa) e Centro-Oeste, (7,0% aa). A remuneração média da economia do DF, também teve crescimento inferior (7,2% aa) ao do Brasil (7,8% aa) e do Centro-Oeste (8,2% aa).

Observa-se então, que, apesar do número de ocupados no turismo no DF ter crescido um pouco mais do que na economia, a remuneração real média cresceu mais na economia do que no turismo.

Gráfico 2: Emprego formal nas ACTs e na economia Brasil, Centro-Oeste e DF -Dez.2006 / Dez-2010



Fonte: SIMT/ Ipea-Codeplan

Tabela 1 – Número de ocupados\* e percentual da ocupação nas ACTs em relação ao total da ocupação na economia Brasil e regiões – Dezembro 2010

	Total			Formal			Informal		
	ACTs	Economia	%	ACTs	Economia	%	ACTs	Economia	%
N	147.141	6.047.927	2,4%	35.686	1.475.099	2,4%	111.455	4.572.828	2,4%
NE	470.780	24.523.053	1,9%	144.087	5.441.002	2,6%	326.693	19.082.051	1,7%
SE	1.066.261	39.688.763	2,7%	521.763	18.907.348	2,8%	544.498	20.781.415	2,6%
S	252.189	15.308.473	1,6%	128.800	6.352.279	2,0%	123.389	8.956.194	1,4%
CO	148.256	6.788.214	2,2%	59.989	2.549.523	2,4%	88.267	4.238.691	2,1%
BR	2.084.627	92.356.430	2,3%	890.325	34.725.251	2,6%	1.194.302	57.631.179	2,1%

Fonte: SIMT-Ipea/Codeplan (\* Excluídos estatutários e militares)

Tabela 2: Emprego Formal nas ACTs e participação relativa da atividade\* Distrito Federal - Dez/2010 (Número de ocupados)

Atividade	Número de ocupados	Participação relativa nas ACTs - %
Alojamento	2.815	12,9%
Alimentação	10.051	46,1%
Transporte terrestre	4.226	19,4%
Transporte aquaviário	0,0	0,0%
Transporte aéreo	1.659	7,6%
Aluguel de transportes	519	2,4%
Agências de viagem	2.210	10,1%
Cultura e lazer	314	1,4%
Conjunto Acts	21.794	100,0%

\*Não inclui estatutários e militares

Fonte: SIMT/ Ipea - Codeplan

5 Relação Anual de Informações Sociais/MTE. Como na Rais os dados referentes a estatutários e militares não têm a mesma amplitude que os referentes a celetistas, eles não foram considerados na elaboração das estimativas.

6 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE

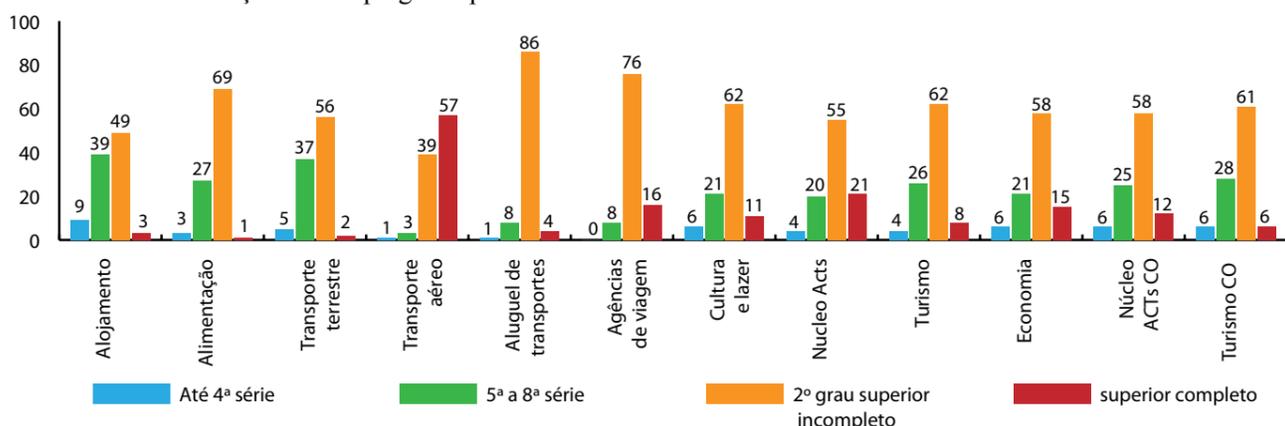
Tabela 3 – Remuneração dos empregados formais nas ACTs e na economia

Brasil, Centro-Oeste e Distrito Federal – Dez. 2010 (R\$)

	BR	CO	DF
Alojamento	918	884	1.070
Alimentação	781	746	781
Transporte terrestre	1.209	1.064	1.100
Transporte aquaviário	1.323	867	-
Transporte aéreo	3.966	1.911	1.863
Aluguel de transportes	1.197	1.052	1.164
Agências de viagem	1.456	1.255	1.482
Cultura e lazer	1.095	1.047	1.225
Núcleo ACTs	1.530	1.094	1.403
Conjunto Acts	1.157	948	1.049
Economia	1.464	1.331	1.815

Fonte: SIMT/Ipea-Codeplan

Gráfico 3 – Distribuição dos empregados por escolaridade - Distrito Federal – Dezembro 2010



Fonte: SIMT/ Ipea-Codeplan

A massa salarial gerada pelo turismo no DF corresponde a R\$ 22,9 milhões, ou 1,9% da massa salarial gerada na economia no DF. Entre 2006 e 2010, ela teve aumento real médio de 12% aa, mais impulsionada pelo aumento da remuneração real média (6,3% aa) do que pelo crescimento do número de ocupados (5,4% aa). O crescimento da massa salarial do turismo no DF foi menor do que o da massa salarial na economia do DF (13,7%). Foi praticamente igual ao crescimento da massa salarial do turismo no Centro-Oeste (11,6%) e menor que o do turismo do Brasil (14,2%).

Observa-se uma diferença significativa entre a remuneração no turismo e na economia, que tem salários mais altos. Isso está relacionado à escolaridade, mais alta na economia, que tem 15% de empregados com nível superior, contra 8%, no turismo. A maior parte dos empregados no turismo do DF, 62%, tem segundo grau ou superior incompleto. A escolaridade é ligeiramente superior à do turismo no Centro-Oeste e no Brasil.

Analisando-se no gráfico 4, a remuneração média dos ocupados no turismo por escolaridade, nota-se que a grande diferença salarial ocorre entre as faixas do “2º grau

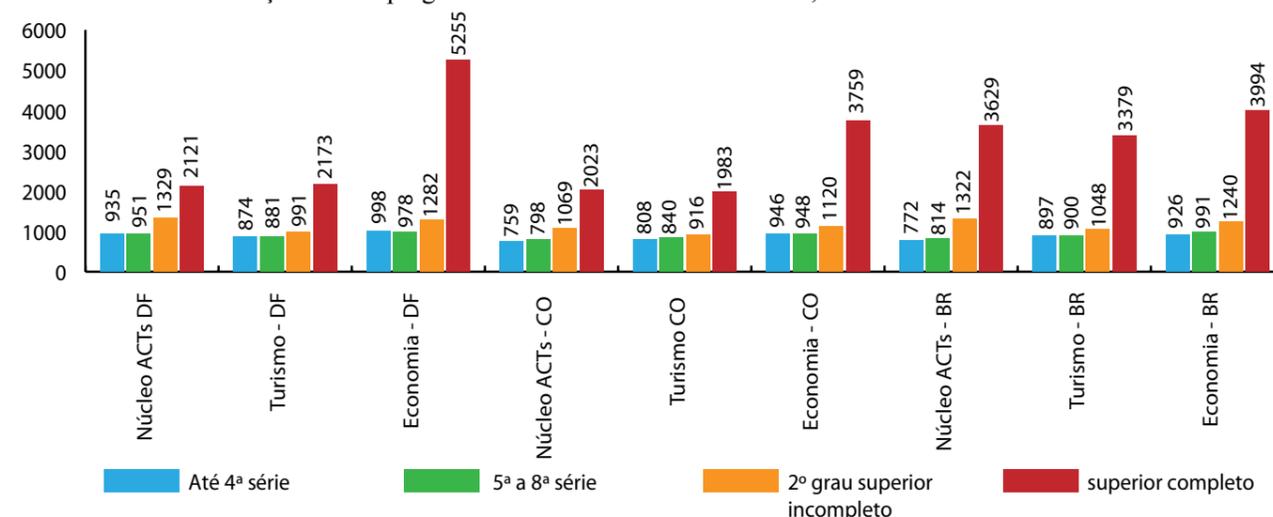
e superior incompleto” (R\$ 991) e “superior completo” (R\$ 2.173). Destaca-se a diferença de salário entre os empregados com nível superior da economia do DF em relação à economia do Centro-Oeste e do Brasil.

No DF, há predominância de homens, tanto entre os ocupados no turismo, quanto nos da economia do DF. Eles representam 61% dos empregados no turismo e 62% na economia.

Em termos de remuneração, há uma diferença significativa entre homens e mulheres. No turismo do DF, a remuneração média dos homens é 20% superior à das mulheres. Esse diferencial é maior no turismo do que na economia, na qual os salários dos homens são 14% superiores aos das mulheres. Essa diferença de remuneração é sensivelmente inferior à média observada no turismo no Brasil (44%) e na região Centro-Oeste (31%).

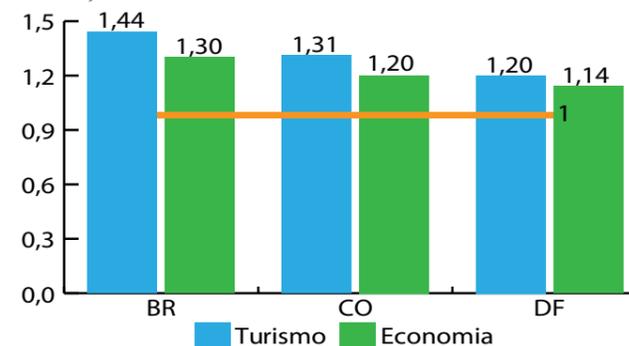
Tais valores não significam que a disparidade dos rendimentos por gênero seja dessa proporção. Para afirmar isso, a comparação deveria ser feita com base na remuneração por ocupação (ex. camareiros e camareiras) e não por atividade.

Gráfico 4 – Remuneração dos empregos formais x escolaridade - Brasil, Centro-Oeste e DF – Dezembro 2010



Fonte: SIMT/ Ipea-Codeplan

Gráfico 5 - Remuneração homem/mulher Brasil, Centro-Oeste e Distrito Federal - Dez. 2010



Fonte: SIMT/ Ipea-Codeplan

A distribuição por faixa etária dos ocupados no turismo no DF não difere significativamente da economia. 69% dos ocupados têm entre 25 e 49 anos de idade, contra 71% na economia. Os ocupados com até 24 anos representavam 23% no turismo e 19% na economia na faixa etária de 50 anos ou mais representavam 8% no turismo e 10% na economia.

Nota-se que os ocupados no turismo do DF são ligeiramente mais jovens do que os ocupados no turismo do Brasil e Centro-Oeste. Enquanto 12% têm 50 anos ou mais no turismo do Brasil e 10% no Centro-Oeste, apenas 8% estão nessa faixa etária no DF.

Examinando-se a remuneração por faixa etária, nota-se que mais idade está associada a maior salário. A remuneração média no turismo dos ocupados com 50 anos ou mais é maior no DF (R\$1.337) que no Centro-Oeste, (R\$1.079), inferior à média do Brasil (R\$1.395).

Quanto ao tempo de emprego no turismo do DF, a maior parte dos ocupados (45%) está empregada há menos de 12 meses, seguidos pelos ocupados de 24 a 59 meses (22%), 12 a 23 meses (17%) e por fim, 60 meses ou mais

(16%). No turismo do Brasil há 42% de empregados com menos de 12 meses no emprego e, no Centro-Oeste, 47%.

Na economia do DF, o percentual de empregados com menos de 12 meses no emprego (41%) é menor que no turismo e o de 60 meses ou mais (19%), maior, mostrando mais estabilidade do emprego na economia que no turismo do DF.

No turismo do DF, a maior parte dos ocupados, 55%, está em estabelecimentos com 10 a 99 empregados, exceto na atividade Transporte aéreo.

A participação de ocupados em estabelecimentos com 500 ou mais empregados é pequena, 7%. Esse percentual é menor do que o verificado na economia do DF (25%) e no turismo do Brasil (9%), mas maior que no turismo do Centro-Oeste (4%). Na atividade Transporte aéreo, esse percentual é de 78%.

As considerações acima são exemplos da utilização de dados que podem embasar, entre outros, estudos relacionados ao impacto dos eventos esportivos de grande porte sobre a geração de emprego e renda, a partir do momento atual, de preparação, até a sua realização.

Uma das carências do mercado de trabalho do turismo está relacionada à qualificação profissional, que tem grande impacto na qualidade dos serviços prestados e na ampliação e valorização das ocupações. Para superá-la, é necessário conhecer a dimensão, o perfil e onde está localizada essa mão de obra. Os dados disponíveis no SIMT, especialmente os da Rais, podem contribuir para conhecer essa realidade e subsidiar a definição, pelas instâncias responsáveis de ações de capacitação das ocupações mais vinculadas à prestação de serviços a turistas.

Isso contribuirá para consolidar a importância do turismo na economia do DF, onde o turismo já responde por 3,3 % das ocupações formais da economia, sendo

# Superação da miséria no Distrito Federal

*A arquitetura que faço não importa.  
O que eu quero é a pobreza superada.*

Oscar Niemeyer

(\*) Osvaldo Russo

No ano 2000, o Brasil, junto com outros 192 países, assinou a Declaração do Milênio das Nações Unidas, e comprometeu-se internacionalmente em reduzir o nível de incidência da pobreza extrema na população mundial à metade do observado em 1990. A partir de 2003, notadamente a partir do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo brasileiro tem se destacado mundialmente pela adoção de políticas sociais, com impactos positivos na redução da pobreza e das desigualdades. Os enormes avanços sociais estão relacionados aos resultados provenientes de políticas como a manutenção do equilíbrio macroeconômico do país; o aumento do valor real do salário mínimo; a criação de 18 milhões de empregos, fruto do crescimento econômico; e os programas de transferência de renda que beneficiam mais de 13 milhões de famílias pobres no país.

O governo federal, em 2003, criou o Bolsa Família em substituição aos vários programas então existentes, criando o Cadastro Único dos Programas Sociais, unificando e racionalizando a gestão desses programas. Visando estimular melhor desempenho da gestão municipal, o governo federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) instituiu o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) para transferir recursos financeiros adicionais como forma de incentivar a melhoria da gestão.

A eficácia do Programa Bolsa Família é decorrente de fatores como: a ampliação do número de famílias beneficiárias, do aumento de valor médio dos benefícios, da melhor focalização desses programas e da qualidade de sua articulação e gestão nacional junto aos municípios. Em relação ao número de beneficiados, o Brasil ampliou de 5 milhões de famílias, em 2003, para 13 milhões de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família em 2011. Em relação ao valor médio dos benefícios, além do aumento do valor do benefício básico (de R\$ 50 por família em 2003, para R\$ 70 por família em 2010), reajustou-se o benefício variável de R\$ 15 em 2003, para R\$ 32 em 2011, por criança ou adolescente com idade de até 15 anos (até o limite de três beneficiários em 2003 e, atualmente, até cinco beneficiários nesta condição).

Em relação à focalização dos programas sociais, pesquisa do MDS mostrou que cerca de 90% dos beneficiados pelo Bolsa Família, em termos nacionais, percebem renda per capita de até R\$ 140, corte de linha da pobreza adotado pelo programa. Em relação à articulação e gestão dos programas, o caráter federal do Bolsa Família



e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e a pactuação de sua gestão com as municipalidades e os estados garantem a uniformidade nacional dos critérios de elegibilidade, sem prejuízo da coparticipação e das especificidades locais e estaduais.

A atual estratégia do governo brasileiro para combater a miséria no país é o *Plano Brasil Sem Miséria*, instituído em junho de 2011, que articula ações de garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços. Em Brasília, sintonizado com a meta nacional do governo Dilma, o governo Agnelo lançou o *DF Sem Miséria* em julho de 2011, que fixou como meta a superação da extrema pobreza no Distrito Federal até 2014, e não apenas reduzi-la à metade, conforme a meta das Nações Unidas.

## Dimensão da pobreza e da extrema pobreza

No Brasil, a linha de pobreza extrema, até 2009, foi calculada a partir de uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente as necessidades nutricionais de uma pessoa, com base em recomendações da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e da OMS (Organização Mundial de Saúde). São estimados diferentes valores para 24 regiões do país. E a linha de pobreza considerada é o dobro da linha de extrema pobreza.

uma das unidades da federação onde o turismo tem maior participação na economia.

Dados da Infraero<sup>7</sup> confirmam o dinamismo do turismo no DF, cujo aeroporto é o terceiro do país em número de passageiros: entre janeiro e julho de 2011, registrou cerca de 9 milhões de passageiros, computados embarques e desembarques.

Esses números e indicadores são suficientes para perceber a importância de investir na capacitação da mão de obra, com vistas a captar o público que vem ao DF cotidianamente, contribuindo, assim, para que, durante eventos específicos, se firme uma imagem positiva do DF como destino turístico.

7 Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

Sem pretensão de esgotar as possibilidades de abordagem dos impactos econômicos, passíveis de serem feitas com outros instrumentos estatísticos capazes de abranger, inclusive, os impactos indiretos sobre a cadeia produtiva do turismo, as estatísticas resultantes do Acordo de Cooperação Técnica entre a Codeplan e o Ipea são uma ferramenta que otimiza dados de fontes secundárias de qualidade inquestionável, como Rais, Caged<sup>8</sup> e Pnad para a produção, de forma sistemática e continuada, de informações relevantes para os responsáveis pelas políticas públicas de turismo.

8 Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/MTE

(\*) *Margarida Hatem Pinto Coelho* é engenheira da Codeplan cedida ao Ipea por acordo de cooperação técnica



Foto: Ana Lúcia Soares

*A Catedral Metropolitana de Brasília, obra arquitetônica de Oscar Niemeyer, é um dos monumentos que mais atrai turistas.*

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), no início dos anos 1990, o Brasil contava com 31,6 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, ou seja, 22,6% da população. Em 2001, esse número foi reduzido para 29 milhões, 17,4% da população brasileira; e, em 2009, para 15,3 milhões, 8,4% da população brasileira. No Distrito Federal, também ocorreu redução na porcentagem da população abaixo da linha de pobreza extrema, 11,2% em 1992 (180 mil pessoas), 9,3% em 2001 (190 mil pessoas), e 3,3% em 2009 (80 mil pessoas).

Percentual de pessoas abaixo da linha de extrema pobreza			
	1992	2001	2009
Brasil	22,6	17,4	8,4
Distrito Federal	11,2	9,3	3,3

Fonte: Elaborado pelo IETS com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza			
	1992	2001	2009
Brasil	45,9	38,7	23,9
Distrito Federal	33,0	26,4	12,7

Fonte: Elaborado pelo IETS com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Outro indicador da redução da extrema pobreza no Brasil é medida pela razão entre a renda apropriada pelos 20% mais ricos e os 20% mais pobres. Quanto maior essa razão, maior é a concentração de renda. De acordo com os dados da PNAD/IBGE, nas regiões metropolitanas brasileiras, essa razão aumentou de 20,5% para 25,4% no período de 1992 a 2001, com posterior tendência de queda até 2009, atingindo 18,2%. Já no DF, essa razão aumentou de 26,2% para 34,8% no período de 1992 a 2001, com posterior tendência de queda até 2009, atingindo 29,7%, ou seja, existe uma melhor distribuição de renda no Brasil, quando comparado ao Distrito Federal.

Outra evidência que corrobora essa tendência corresponde aos valores do coeficiente de Gini, que mede o grau de desigualdade na distribuição de renda. Nas regiões metropolitanas brasileiras, esse coeficiente aumentou de 0,56 para 0,59, de 1992 a 2001, e caiu para 0,54 em 2009. Já no Distrito Federal, esse coeficiente aumentou de 0,60 para 0,62 em 2009, sendo que a partir de 2005 ocorreu ligeiro crescimento da concentração a cada ano.

Coeficiente de Gini		
	1992	2009
Brasil	0,56	0,54
Distrito Federal	0,60	0,62

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

### Perfil da extrema pobreza no DF

O Censo Demográfico de 2010, do IBGE, definiu uma linha de extrema pobreza única, que inclui todas as pessoas de famílias com renda mensal per capita até

R\$ 70. Este padrão é mais compatível com o padrão internacional adotado para cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (US\$ 1,25/dia/per capita), definido pelas Nações Unidas. A partir desse critério, 8,5% da população brasileira está abaixo da linha de pobreza extrema, ou 16,3 milhões de pessoas. Já no DF, 1,8% da população está abaixo da linha da pobreza extrema, ou seja, 46,5 mil pessoas.

Na área rural do DF, as pessoas extremamente pobres correspondem a 3,8% (3.368) da população; na área urbana, equivalem a 1,7% (43.220). Embora exista maior proporção de pessoas extremamente pobres na área rural, elas representam apenas 7,2% dessa população. Ao observar a população em extrema pobreza por faixa etária, verifica-se uma concentração nas faixas de 5 a 14 anos e de 20 a 39 anos, totalizando 12.931 (27,8%) e 12.139 (26,1%) pessoas, respectivamente. A distribuição da população em extrema pobreza na zona rural e na zona urbana apresenta a mesma tendência, com discrepância mais acentuada na faixa acima de 60 anos (rural = 5,94%, urbano = 10,43%),

Ao comparar a distribuição da população em extrema pobreza com a da população total do DF, verifica-se uma concentração relativa da pobreza extrema principalmente em crianças e adolescentes de 0 a 14 anos (39,5%, em comparação com 23,7% da população total), e em idosos de mais de 60 anos (10,1%, em comparação com 7,7% da população total). A distribuição da extrema pobreza por raça/cor no Distrito Federal mostra uma maioria absoluta de pessoas pardas (57,8%) e brancas (30,9%), seguida pelas pessoas de cor preta (9,2%). Os que se declaram indígenas e amarelos somam 2,1%.

Em relação à estrutura do domicílio, embora os números do Distrito Federal sejam melhores do que os números nacionais, ainda existem espaços para avanços em alguns aspectos. Quase todos os domicílios já são abastecidos com energia elétrica (98,9%), tanto na zona rural (91,5%) como na zona urbana (99,5), e possuem pelo menos um banheiro (mais de 90% dos domicílios).

Apesar de 93,7% dos domicílios estarem cobertos pela rede geral de distribuição de água e 96,5 dos domicílios serem atendidos por algum serviço de coleta de lixo na zona urbana, a realidade da zona rural é bem diferente. Apenas 74,4% dos domicílios rurais são abastecidos por água, e, destes, somente 24,9% pela rede geral de distribuição e apenas 45,9% são atendidos por serviços de coleta de lixo. Em relação ao esgotamento sanitário no DF: apenas 68,1% dos domicílios são atendidos pela rede geral de esgoto ou rede pluvial ou possuem fossa séptica. Na zona urbana, atinge 71,9% dos domicílios. Na zona rural, são apenas 19,6% dos domicílios com esgotamento sanitário. Portanto, os domicílios de famílias em extrema pobreza ainda carecem de melhor infraestrutura sanitária, principalmente os localizados na zona rural.

O percentual de pessoas acima de 5 anos de idade alfabetizadas entre as pessoas em extrema pobreza atinge 83,7%. O percentual de alfabetizados é muito baixo entre as crianças de 5 anos de idade (27,5%), provavelmente

porque a alfabetização no ensino público é voltado para crianças a partir de 6 anos. Entre as crianças de 6 a 9 anos de idade, o percentual de alfabetizados é de 73,4%, mas atinge 96,2% de alfabetizados na faixa de 10 a 14 anos. O percentual de crianças alfabetizadas de 6 a 9 anos deve aumentar nos próximos anos, como um efeito da implantação do ensino fundamental de 9 anos, com foco na alfabetização de crianças a partir de 6 anos.

Os dados do Censo Demográfico 2010 mostram ainda que a pobreza no DF está localizada em algumas regiões administrativas, que apresentam maior número de domicílios com renda familiar mensal per capita abaixo de um quarto de salário mínimo: Ceilândia (5,5 mil domicílios), Planaltina (3,5 mil domicílios), Samambaia (2,8 mil domicílios) e Recanto das Emas (2,1 mil domicílios). Essas quatro regiões somam mais da metade dos domicílios nessa classe de rendimentos. Em termos percentuais, as regiões administrativas que apresentam maior proporção de domicílios com renda familiar mensal per capita abaixo de um quarto de salário mínimo são: SCIA – Estrutural (14,2%), Itapoã (8,4%), Varjão (7,8%), Brazlândia (7,6%) e Planaltina (7,3%).

### Territórios Vulneráveis no DF

A Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal (Dieese/Sedest/2010), realizada em regiões administrativas e territórios onde se estima que residem 73% da população total do DF, identificou, a partir do cálculo do Índice de Vulnerabilidade Social (conceito da Política Nacional de Assistência Social/2004), as áreas que concentram a população mais vulnerável, os chamados Territórios de Vulnerabilidade Social.

Os territórios considerados vulneráveis com índice superior à média do Distrito Federal são 51%, totalizando 33 dos 62 territórios identificados pela pesquisa: Ceilândia - Chácara (74,2), Itapoã - Fazendinha (72,1), Ceilândia - QNM (65,7), Varjão (64,7), Planaltina - Buritis (63,9), Estrutural (60,1), Samambaia - Norte ímpar (59,6), Itapoã I e II (59,4), Itapoã - Condomínios (58,7), Brasília - Vila Telebrasilândia (58,5), São Sebastião - Residencial Oeste

(57,6), Brazlândia - Setor Tradicional (56,5), Ceilândia - Setor O (55,9), Planaltina - Arapoanga (55,6), Recanto das Emas - Final até 5 (55,1), Taguatinga - Areal (54,7), Santa Maria - Quadras acima de 10 (54,1), Brazlândia - Vila São José (54,0), Santa Maria - Condomínio Porto Rico (53,7), Samambaia - Sul ímpar (53,3), Ceilândia - QNP (53,3), São Sebastião (53,2), Planaltina - Condomínio Estância Mestre D'Armas (53,0), Recanto das Emas - Final 6 ou mais (52,9), Planaltina - Setor Tradicional (52,8), São Sebastião - Residencial Bosque (52,8), Paranoá (52,6), São Sebastião - São José (52,5), Brazlândia - Setor Veredas (52,1), Gama - Setor Central (51,8), Planaltina - Jardim Roriz (51,4), Gama - Oeste (51,2), Samambaia - Sul par (50,6).

### Transferência de Renda no DF

A evolução da pobreza sugere a alta relevância dos programas de transferência, condicionada à renda, na redução da pobreza e na erradicação da extrema pobreza. Os dados apontam para a necessidade de se focar mais a extrema pobreza para aboli-la, promovendo busca ativa das famílias e pessoas nessa situação, concentrando as ações de cadastramento nas regiões administrativas e territórios socialmente vulneráveis, associada ao aumento do benefício transferido, para as famílias com menor renda per capita mensal, sem prejuízo da exigência das condicionalidades de educação (frequência escolar) e saúde (vacinação e pré-natal).

Para as famílias que não atingiram renda domiciliar mensal per capita de R\$ 100, mesmo com a transferência do Programa Bolsa Família, o Governo do Distrito Federal está complementando o benefício dessas famílias desde o início de 2012. De acordo com a Lei Distrital nº 4.737/2011, o valor a ser suplementado pelo GDF será o correspondente ao hiato entre o valor da elegibilidade e a renda per capita mensal obtida de todas as fontes pelos membros da família, inclusive o valor federal transferido pelo Programa Bolsa Família. Esses valores variam de R\$ 20 (para hiatos de até R\$ 20) a R\$ 300 (para hiatos superiores a R\$ 280).

A partir da atualização do Cadastro Único dos



8,4% dos moradores de Itapoã vivem com renda familiar mensal per capita abaixo de um quarto de salário mínimo

# Desafios ao planejamento e à gestão territorial integrada da Área Metropolitana de Brasília

(\*) Benny Schvasberg

## Problemática metropolitana no Brasil

A literatura sobre a temática metropolitana no Brasil é vasta. Uma referência historicamente indispensável é a Lei Complementar nº. 14 de 1973 que criou as oito primeiras RMs - Regiões Metropolitanas do país, regulamentando disposições incorporadas ao texto constitucional pela Emenda nº.1 de 1969. Diversos autores analisaram as condições e conseqüências históricas, políticas e socioeconômicas que marcam as características e intencionalidades subjacentes àquela iniciativa na conjuntura de centralismo sob o Regime Militar<sup>1</sup>.

Outra referência imprescindível é a Constituição Federal de 1988, transferindo a prerrogativa de criação das RMs para a esfera estadual. Reconhecendo autonomia dos estados para a formulação de estratégias de organização e gestão de seu território, a nova Constituição propiciou diversificação dos modelos de gestão metropolitana no Brasil. Como resposta ao centralismo característico do período de exceção anterior, ganhou força uma postura municipalista que, somada às dificuldades e limitações da gestão metropolitana no Brasil, resultou num tratamento genérico da questão metropolitana na CF/1988. Tal tratamento repercutiu em algumas das constituições estaduais promulgadas no ano subsequente.

O novo texto constitucional no art.25, parágrafo 3º, abriu a possibilidade de criação de novas RMs, assim como de alteração dos limites das existentes. Propiciou, ainda, outras categorias de organização regional, além das RMs, como as aglomerações urbanas e as microrregiões, possibilidades até então inexistentes para o planejamento regional nos estados. Previu também a criação de uma nova categoria - as Rides - Regiões de Desenvolvimento Integrado instituindo a RIDE-DF, O Distrito Federal e municípios de Goiás e Minas Gerais; a RIDE do Polo Petrolina e Juazeiro, municípios de Pernambuco e Bahia; e a RIDE da Grande Teresina, municípios do Piauí e Timon/MA. O art.29, da Emenda Constitucional nº1/1992, deu base legal para a cooperação das associações representativas no planejamento municipal, oportunidade que já constava da CF de 1988.

Em 2003, o território nacional passou a ter 26

<sup>1</sup> Lopes (2006), Gouvêa (2005), Rolnik, Someck (2004), entre outros.



unidades metropolitanas, com a possibilidade de a RIDE-DF, única dentre as três Rides instituídas, inserir-se nesse conjunto, dado o porte metropolitano da cidade principal (Cunha. Pereira, 2008). Tais unidades metropolitanas estão macro regionalmente concentradas:

- Região Sudeste: São Paulo e Minas Gerais possuem, respectivamente, três e duas unidades; o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, uma unidade cada;
- Região Sul: o Estado de Santa Catarina possui seis unidades; o Paraná, três e o Rio Grande do Sul uma RM;
- Região Nordeste: o Ceará, Pernambuco e a Bahia já possuíam cada um uma unidade metropolitana, dos anos 1970; e, por leis estaduais, Alagoas, Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte constituíram suas unidades, totalizando sete na Região;
- Região Norte: Belém constituía a única unidade, sendo criada a de Manaus por lei estadual em 2007, reunindo oito municípios;
- Região Centro-Oeste: instituiu-se a RM de Goiânia, e há ainda a figura da Aglomeração Urbana de Cuiabá e Várzea Grande, criada recentemente.

Essas 26 unidades metropolitanas oficialmente reconhecidas, três Rides e duas aglomerações urbanas, somavam em 2003 um universo de 477 municípios, ou

Programas Sociais do Distrito Federal, compatibilizado com o Cadastro Único Federal, por meio da busca ativa realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, será possível delinear o perfil socioeconômico das famílias. Os resultados da busca ativa já refletem no número de famílias novas inscritas no Cadastro Único. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em agosto de 2011, havia 179.549 famílias cadastradas no DF; quase um ano depois, em junho de 2012, esse número passou para 230.253.

Os dados atualizados e qualificados do Cadastro Único permitirão ao GDF construir uma matriz de programas de geração de oportunidades e inclusão produtiva, adequados a esse perfil, à demanda do mercado de trabalho e à atividade econômica do Distrito Federal. Os programas complementares de qualificação profissional, microcrédito e economia solidária são alavancas importantes para o êxito da inclusão social e produtiva das famílias, que tornam sustentável o desafio de reduzir a pobreza e superar a extrema pobreza no Distrito Federal. Entretanto, é preciso destacar a dificuldade de incorporar produtivamente pessoas que não sabem ler e escrever e aquelas com baixa escolaridade. As transferências de renda são fundamentais, principalmente para as famílias extremamente pobres que possuem uma relação precária com o mercado de trabalho. Para muitas destas famílias, a transferência não é suficiente para a superação da miséria.

**Outro aspecto relaciona-se com a dificuldade de inclusão social e produtiva da população em situação de rua. Segundo pesquisa da SEDEST/SUBPLAG/2010, existiam 2.365 pessoas nessa condição no DF, das quais 43,6% estão no Plano Piloto, 18,9% em Taguatinga e 7,1% na Ceilândia.**

Outro aspecto relaciona-se com a dificuldade de inclusão social e produtiva da população em situação de rua. Segundo pesquisa da SEDEST/SUBPLAG/2010, existiam 2.365 pessoas nessa condição no DF, das quais 43,6% estão no Plano Piloto, 18,9% em Taguatinga e 7,1%, Ceilândia. Em relação à faixa etária, 81% têm 18 anos ou mais, sendo 0,6% de 65 anos ou mais. Em relação aos benefícios socioassistenciais, 2,9% recebem o Bolsa Família e 2,5% do Benefício de Prestação Continuada (BPC), este voltado para idosos e pessoas com deficiência e incapacitadas para o trabalho, com renda familiar per capita de até um quarto do salário mínimo.

Na área rural, para continuar as mudanças, além do Bolsa Família e da Agricultura Familiar, é preciso avançar na reforma agrária, fortalecendo a cidadania e a inclusão produtiva no meio rural. Daí a importância de políticas de apoio à produção e à comercialização da agricultura familiar para impulsionar o desenvolvimento social e econômico dos municípios e dos trabalhadores do campo.

## Conclusões

Abolir a pobreza extrema está ao nosso alcance porque, além do ambiente econômico favorável, existe um conjunto de leis, normas, práticas e instituições que permitem que as transferências focalizadas de renda sejam aumentadas em valor e cobertura, até que nenhum homem, mulher ou criança no Brasil fique abaixo da linha de pobreza extrema por muito tempo.

O crescimento da economia e da oferta de emprego é mais bem aproveitado pelos “pobres menos pobres”, mas grande parte dos extremamente pobres não tem condições de se inserir em qualquer tipo de trabalho, e para muitos, treinamento e qualificação não será uma opção por causa do baixo dinamismo econômico das regiões em que residem. Tais pessoas continuarão a depender das transferências para escapar à pobreza extrema.

Considerando a realidade socioeconômica do Distrito Federal, além da erradicação da extrema pobreza, para a qual foram definidos a linha da pobreza extrema, o monitoramento das metas e o perfil dos benefícios, há que se ter o objetivo de reduzir ainda mais a pobreza. Uma das virtudes administrativas dos programas de transferência de renda com corte na linha de renda da pobreza e da pobreza extrema constitui a possibilidade de monitoramento das metas a partir de pesquisas contínuas como a PNAD (IBGE), anual, para o conjunto do DF, e a PDAD (Codeplan), bianual, para monitoramento de metas por região administrativa.

O Plano DF Sem Miséria, em articulação com o Brasil Sem Miséria, pretende beneficiar mais as pessoas abaixo da linha da pobreza extrema, sem deixar de lado a população pobre, incluindo novas metas de expansão dos benefícios e serviços e a inclusão produtiva. Outro traço da nova política de superação da extrema pobreza e da redução da pobreza está na interação com as outras políticas setoriais, como educação e saúde, que garantem a sustentabilidade do objetivo de superar a extrema pobreza e reduzir a pobreza no Brasil.

Os programas complementares de qualificação profissional, microcrédito e economia solidária são alavancas importantes para o êxito da inclusão social e produtiva das famílias, que tornam sustentável o desafio de reduzir a pobreza e superar a extrema pobreza no Distrito Federal e em todo o país.

(\*) Osvaldo Russo é estatístico, diretor de Estudos e Políticas Sociais da Codeplan e membro Comitê Intersetorial do Plano DF Sem Miséria. Foi Secretário Nacional de Assistência Social

8% do total, envolvendo cerca de 45% da população total do país.

### Experiência brasileira de Regiões Metropolitanas

Na experiência brasileira de criação institucional das regiões metropolitanas, destacam-se dois momentos. O primeiro nos anos 1970, quando a iniciativa integra a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, pela primeira vez instituída no Brasil, no âmbito do II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento e se baseia na lógica da expansão industrial, sendo as metrópoles lócus ou expressão espacial dessa lógica. Por meio de Leis Federais<sup>2</sup> são criadas nove RMs envolvendo os principais centros urbanos nacionais – as maiores e mais populosas capitais de estados – e suas áreas de influência imediata, compostas pelos municípios lidos como uma mesma unidade socioeconômica. A justificativa assentava na implementação de forma integrada de serviços comuns de interesse metropolitano. Constituir-se-iam as RMs como unidades de gestão e planejamento organizadas com concepção padronizada em estrutura de dois conselhos orientadores: deliberativo e consultivo.

A Constituição de 1988 inaugura o segundo momento, atribuindo competência aos Estados Federados para institucionalizar suas unidades regionais. O novo texto constitucional descentralizante propiciou outras categorias de organização regional, além das RMs, como as aglomerações urbanas e microrregiões, abrindo possibilidades novas para os estados desenvolverem o planejamento regional. Desencadeou-se um ciclo de criação de novas unidades regionais de diferenciadas dimensões, inserções físicas e portes populacionais, vulgarizando de certa forma o conceito metropolitano. Leis estaduais criaram unidades com parâmetros mínimos para sua organização e gestão gerando situações variadas como as “áreas de expansão metropolitana”, na legislação do Estado de Santa Catarina, e o “colar metropolitano”, no Estado de Minas Gerais.

Além das Rides, é notável a diversidade de iniciativas que reconstruem e articulam a gestão pública no território: consórcios intermunicipais em diferentes modelos (anteriores à Lei Federal nº 11.107/2005 de Consórcios Públicos); comitês de bacias hidrográficas; fóruns regionais e metropolitanos de múltiplos modelos e propósitos. Iniciativas levadas a cabo por municípios, estados e, raras vezes, com a presença da esfera federal, que expressam a ressonância e atualidade do apelo da gestão

2 Referimo-nos às Leis Complementares 14/1973 e 27/1974.

pública compartilhada dessas parcelas significativas do território que são as áreas metropolitanas.

Embora criadas institucionalmente no universo descrito, raras são as experiências efetivas no propósito de integrar gestão e planejamento metropolitano. Destacam-se os casos das RMs de Belo Horizonte e Recife, no esforço de planejamento e gestão metropolitanos. Recentemente o caso da RM de Belém, em razão do caráter avançado de sua legislação metropolitana. Em outros casos, o funcionamento de Consórcios de Serviços Públicos<sup>3</sup> entre municípios tem sido eficaz instrumento para atingir aquele propósito, a exemplo da experiência do Consórcio do ABCD (Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema) de São Paulo nos anos 1990, liderado pelo prefeito Celso Daniel de Santo André.

Há clara lacuna quanto às relações metropolitanas na experiência brasileira: a ação integrada de entes federativos no espaço urbano-metropolitano carece de marco legal e de Política Metropolitana no âmbito de uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, inexistente no Brasil desde a experiência dos anos 1970<sup>4</sup>. Essa lacuna se torna premente à luz da necessária articulação desta ação regulando a inter-relação cooperada solidária entre municípios integrantes dessas regiões e suas relações com os governos estaduais e Federal.

Na ótica de uma plataforma de política territorial republicana e federativa, é imprescindível superar a atual cultura predominante na qual os municípios, particularmente os prefeitos, deixem de olhar para a gestão e planejamento na escala metropolitana como ameaça de perda de poder, na visão política conservadora da metropolização como jogo em que alguns ganham e outros perdem. É imperioso que deixem de ver a gestão e o planejamento metropolitano como ameaça, para enxergá-los como oportunidade para o desenvolvimento integrado em um jogo de cooperação em que todos ganham.

### Planejamento e gestão territorial integrada da AMB

A temática metropolitana e os desafios do planejamento e gestão integrada de RMs e RIDEs demonstram

3 A figura jurídica do Consórcio Público foi criada pela Lei Federal nº 11.107/2005, e regulamentada por Decreto Federal em 2007.

4 Tramita no Congresso Nacional um Projeto de Lei do Estatuto da Metrópole – PL nº 3640/2004, de autoria do Deputado Federal Walter Feldman, que visa instituir diretrizes para a Política Nacional de Planejamento Regional Urbano e criar o Sistema Nacional de Planejamento e Informações Regionais Urbanas.

relevância e atualidade a partir desta última década. Os dados do Censo de 2010 sinalizam a continuidade da concentração de população e pobreza urbana em áreas metropolitanas, especialmente as periferias. Esta questão se acentua se focamos o caso de Brasília, em processo de crescimento que aprofunda a problemática vivida na dinâmica socioeconômica e territorial de sua área metropolitana. Há que considerar as limitações para implementar políticas públicas de planejamento e gestão urbana territorial que logrem enfrentar integradamente as crescentes dificuldades conformadas ao longo de 50 anos da criação de Brasília e a constituição de uma área metropolitana junto a nova capital. Enfrentar as desigualdades entre o DF e municípios que compõem a área metropolitana de Brasília demanda a experimentação de novos instrumentos e políticas urbanas e territoriais no desafio de implementação do Estatuto da Cidade.

Em Brasília o modelo de expansão polinucleada do território implantado teve como um dos efeitos básicos impulsionar a centrifugação dos assalariados. E promoveu a consagração das áreas centrais mais valorizadas e bem aquinhoadas de infraestrutura, bens, serviços e equipamentos, mormente o Plano Piloto de Brasília, para os agentes imobiliários e grandes construtoras. Aldo Paviani, em parceria com Inês Ferreira, já constatava há 25 anos os sinais daquele modelo:

*“sob o ponto de vista espacial, econômico e social e com base em pesquisas realizadas ao longo da década de 70 caracterizava-se a tendência pela qual consolidava-se um modelo polinucleado de povoamento urbano, que procurou escapar ao processo de conurbação patente em cidades não-planejadas, com crescimento denominado espontâneo” (Paviani e Ferreira, 1977).*

Recuperando historicamente o conceito metropolitano de Brasília na análise do Distrito Federal e entorno, Ferreira (1985) já apontava:

*“Decorridos 25 anos de sua implantação, a cidade já tem delineada a sua área metropolitana, à semelhança das demais metrópoles brasileiras; Brasília hoje não pode ser considerada apenas como o Plano Piloto de Lucio Costa, como era nos anos cinquenta. Tampouco pode ser apenas a cidade com seus núcleos periféricos dispersos, dos anos sessenta. Ela é agora a metrópole, que envolve além desses espaços os municípios vizinhos do entorno do DF.”*

Depois de 21 anos desde então, as autoras (Ferreira, Steinberguer, 2006) reafirmavam a noção metropolitana de Brasília, ampliando-a:

*Pode-se dizer que a Brasília real de hoje (2006) configura um território que abrange o Distrito Federal (DF) e nove municípios próximos, pertencentes ao estado de Goiás, a saber: Água Fria de Goiás, Águas Lindas, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Valparaíso de Goiás e Santo Antônio do Descoberto. O DF é o Núcleo, constituído pela Sede, (que inclui o Plano Piloto, Lago Sul, Lago Norte e Cruzeiro) e 16 centros conhecidos como cidades satélites e/ou assentamentos. Trata-se de uma das maiores concentrações*

*urbanas do país, em termos demográficos, tendo atingido cerca de 2,65 milhões de habitantes em 2000, segundo dados do IBGE, dos quais 75% estão no DF.*

### Antecedentes do planejamento e gestão da AMAB

Em 1979 foi criada a AMAB<sup>5</sup>, iniciativa municipal para articular ações para o desenvolvimento da área próxima ao DF, congregando 12 municípios que lhes são limítrofes. Hoje, o número de municípios associados é de 42, sendo 29 de Goiás e 13 de Minas Gerais.

**Os municípios limítrofes a Brasília possuem níveis distintos de urbanização e crescimento populacional. E apresentam intenso e perverso padrão de dinamismo urbano de grande precariedade sócioambiental.**

Em 1981, a – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO realizou o estudo “O Entorno do DF – problemas e propostas de solução”, que definiu o que passou a ser conhecido como Entorno. Na realidade, trata-se da agregação de Unai/MG, aos municípios da área de controle da EM 115/1977. Este espaço passa a ser considerado como área de atuação das políticas governamentais, deixando de lado o quadro definido em 1975 pelo PERGEB<sup>6</sup>.

Em 1998 foi aprovada a RIDE-DF<sup>7</sup> região de influência direta de Brasília e espaço de gestão institucional comum a 22 municípios. O IBGE estima uma população para essa região de 3,8 milhões de habitantes. Os municípios limítrofes a Brasília possuem níveis distintos de urbanização e crescimento populacional. E apresentam intenso e perverso padrão de dinamismo urbano de grande precariedade sócio ambiental. Planaltina de Goiás, Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso, Novo Gama, Cidade Ocidental e Padre Bernardo apresentam grande dependência da rede de serviços e empregos do DF<sup>8</sup>. Mais de 30% da população ocupada do entorno trabalha em Brasília gerando demanda por deslocamentos diários, aumentando o custo operacional da cidade, consumo de energia para o transporte e percentual da renda e tempo livre da população alocados nos deslocamentos. Pesquisa Domiciliar de Transporte (CODEPLAN, 2002)

5 Associação dos Municípios Adjacentes a Brasília.

6 Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília criado em 1975 no âmbito do Pladesco – Plano de Desenvolvimento Econômico Social do Centro-Oeste, e do II PND que, em princípio, deveria durar dois anos quando da sua formulação em 1975, mas se estendeu até 1984 e aplicou, aproximadamente, US\$ 119 milhões na região, envolvendo 88 municípios. Pode-se afirmar que este foi o principal programa governamental executado na região no período, tanto pelo volume de investimentos como pela integração das ações nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal.

7 Constituída pelo Distrito Federal, pelos municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unai, Buritis e Cabeceira Grande, no Estado de Minas Gerais.

8 Segundo Codeplan (2002, 2003) o fluxo diário de pessoas entre o DF e Entorno alcança cerca de 180 mil pessoas, cf. Schvasberg (2010).

confirma grande dependência das populações do entorno das oportunidades de trabalho e serviços oferecidos por Brasília, pelo aumento de 174,30% (de 56.650 para 152.649 viagens de pessoas/dia) do montante de viagens diárias do entorno para o DF, entre 1990 e 2000.

Atualmente com cerca de 2,5 milhões de habitantes, Brasília<sup>9</sup> constitui-se na quarta metrópole brasileira em população (atrás de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador) tornando-se centro regional metropolitano de uma região economicamente heterogênea envolvendo, além dos núcleos urbanos que compõem o DF, cidades dos estados de Goiás e Minas.

O DF segue apresentando modelo extensivo e



Prédio no Guara II-DF mostra modelo da dinâmica imobiliária atual combinada com a contínua concentração de emprego na área central.

perdulário de ocupação do solo de baixa concentração de pessoas próximas aos locais de trabalho, decorrência de um conjunto de fatores<sup>10</sup>. Embora densidades líquidas sejam relativamente altas em certas localidades do DF, inclusive no Plano Piloto, quando computados os espaços livres e o sistema viário, as densidades brutas atingem valores baixos. Nas cidades tradicionais, temos altas densidades próximas ao principal centro de emprego e serviços, racionalizando o uso de terras de grande valor e acessibilidade; o perfil da distribuição espacial da população do DF contraria o padrão clássico. Esse perfil se expressa no Gradiente de Densidade de População – GDP igual a 0,12%, encontrado para o ano 2000. A variação percentual da densidade pela distância em relação ao centro é negativa, indicando densidades mais altas na periferia do que no centro, dificultando um sistema

9 Definição do IBGE como quarta cidade brasileira em população, contabilizando toda a população do DF.

10 Dentre eles, a concentração de 44,3 empregos formais na área central de Brasília, segundo dados da PDAD/2011 da Codeplan, e a discrepância do valor da terra na área central (áreas tombadas e arredores) e demais localidades do DF.

de transporte público coletivo eficiente. A dinâmica imobiliária atual em cidades como Ceilândia, Gama e Guará, incrementadas com a retomada do crescimento econômico e programas como o MCMV<sup>11</sup>, combinada com a contínua concentração de emprego na área central, pioraram o GDP na primeira década do século<sup>12</sup>.

A área central do DF englobando as Asas Sul e Norte e Lagos Sul e Norte do Plano Piloto de Brasília, Cruzeiro, Sudoeste-Octogonal e Candangolândia<sup>13</sup>, abarcava, em 1991, 17,36% da população do DF. Em 2006 a sua participação reduziu a 12,48%. A área adjacente a Brasília, em um raio de até 10km do centro político-administrativo, mais próxima do principal centro de emprego, serviços e

equipamentos, possui a menor proporção de moradores do DF (2,58%) resultado do modelo de ocupação extensivo, fundiariamente perdulário, social e ambientalmente excludente e predatório do solo.

A dinâmica metropolitana na última década, somada às novas configurações de centralidades, às forças de mercado, às alterações político-administrativas do GDF e municípios da AMB, bem como à ocupação das APAs do São Bartolomeu e do Descoberto, demandam uma política urbana metropolitana que o PDOT de 2009 não contemplou. Tampouco um eventual PDOT atualizado terá condições de contemplar, porque está restrito ao

11 Programa Minha Casa Minha Vida, de Habitação de Interesse Social, lançado pelo Governo Federal em 2009 com meta inicial de construção de 1 milhão de moradias.

12 O aumento de facilidades para aquisição de carros novos em resposta à crise financeira internacional agravou esse quadro estimulando o aumento da frota no DF e Brasil.

13 Incluímos ainda nesse conceito de Área Central de Brasília a Vila Planalto, a Vila Telebrasilândia e a Vila Wesliana Roriz.

território do DF como os demais planos anteriores<sup>14</sup>.

### Dilema do enfoque metropolitano no Planejamento e Gestão Territorial Integrada

Das maiores dificuldades no enfrentamento do tema Metropolitano no Planejamento Territorial está no conteúdo do Estatuto da Cidade. A Constituição de 1988 no capítulo da Política Urbana destaca o papel dos PDs - Planos Diretores, e estes se remetem invariavelmente ao Estatuto, vez que este revaloriza o papel dos PDs como balizador do conceito de função social da propriedade. Os PDs elaborados a partir de 1988 incorporam as diretrizes gerais do Estatuto. Muito embora este tenha estendido o critério de obrigatoriedade de PDs para municípios integrantes de RMs, independente de sua população, a temática metropolitana quando aparece nos PDs tem tratamento acessório. O Estatuto foi limitado quanto ao fato metropolitano e essa insuficiência repercutiu no universo de PDs ajudando a explicar, embora não esgote, a baixa incidência neles do enfoque metropolitano, inclusive nos PDs de municípios de RMs.

Na tramitação do projeto de lei do Estatuto da Cidade no Congresso Nacional as RMs chegaram a ter capítulo exclusivo. Naquela iniciativa frustrada, os estados deveriam observar normas gerais para instituição de RMs tais como: “estabelecimento de meio integrado de organização administrativa das funções públicas de interesse comum; cooperação na escolha de prioridades considerando o interesse comum prevalente sobre o local; planejamento e execução conjunta das funções públicas de interesse comum mediante rateio de custos proporcionais à arrecadação tributária de cada município.” Prevaleceu o entendimento de que o Estatuto é norma municipal, ficando os estados limitados à competência residual em matéria de Direito Urbanístico, submetidos às diretrizes gerais da norma federal.

A efetividade da obrigatoriedade de PDs para municípios de Regiões Metropolitanas, mesmo possuindo menos de 20 mil habitantes, é um dado ainda a ser checado. É relevante verificar quantos municípios estavam neste universo e cumpriram a obrigatoriedade. O que avançou na questão metropolitana aqueles PDs sujeitos a essa obrigatoriedade? É significativo também quanto à obrigatoriedade que o Estatuto não tenha

14 Referimo-nos aqui ao PEOT- Plano Estrutural de Organização Territorial do DF de 1978, o POT – Plano de Ordenamento Territorial de 1985, o POUso – Plano de Ocupação e Uso do Solo do DF de 1986, o PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial e Urbano de 92, e suas versões totalmente revisadas nos Projetos de Lei Complementares de 1997 e 2009.

estabelecido diretrizes com vistas à elaboração de planos diretores com visão metropolitana.

A omissão da legislação federal não constitui impedimento para a esfera do legislador estadual oportunizando legislações suplementares conforme as realidades regionais. Não foi o que ocorreu; mesmo nos estados em que havia obrigatoriedade de todos os municípios, independente de tamanho, terem seus PDs, como São Paulo<sup>15</sup> e Paraná<sup>16</sup>, tampouco se observou orientação metropolitana na elaboração dos PDs.

Esses constrangimentos não podem ser desconsiderados na análise do alcance e limitações à presença do enfoque metropolitano nos PDs e ao planejamento e gestão territorial integrada nas RMs.

*As bases urbanísticas e institucionais existentes no DF e municípios da RIDE-DF, não obstante as dificuldades e limitações expostas possuem potencialidades para enfrentar o desafio imprescindível do Desenvolvimento Integrado da região. Há necessidade de construção institucional de um Sistema de Planejamento e Gestão Territorial Integrada para a AMB.*

### Considerações finais

As bases urbanísticas e institucionais existentes no DF e municípios da RIDE-DF, não obstante as dificuldades e limitações expostas possuem potencialidades para enfrentar o desafio imprescindível do Desenvolvimento Integrado da região. Há necessidade de construção institucional de um **Sistema de Planejamento e Gestão Territorial Integrada para a AMB**. A constituição desse Sistema passa por definições fundamentais como:

- Instituições participantes do Sistema (União, Municípios e DF, instituições técnicas e acadêmicas, ONG's, agências bilaterais e de fomento); atribuições e papéis destas instituições;
- Fontes de recursos para aplicação e constituição do Sistema;
- Dinâmica de fluxos e funcionamento do sistema;
- Eixos e porções territoriais, a partir da dinâmica de fluxos de mobilidade e articulações funcionais, estruturando tipologia de “sub-regiões de planejamento e gestão” (Central, Norte/Leste, Oeste e Sul), cruzamento de indicadores de população, PIB e áreas de influência urbanística;
- Diretrizes de ordenamento territorial integrado, intercambialidade e complementaridade de instrumentos de política urbana<sup>17</sup>.

15 Em São Paulo já em 1967 a Lei Orgânica dos Municípios (Lei nº 9842/67, posteriormente alterada pelo Decreto Lei Complementar nº 09 de 31 de dezembro de 1969) determinava a obrigatoriedade da elaboração do Plano Diretor (PDDI) a todos os municípios paulistas, sob pena de proibição de auxílio financeiro aos municípios faltosos.

16 No Estado do Paraná o Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo é a recomendação estabelecida no artigo 153 da Constituição do Estado do Paraná, para cidades com menos de 20.000 habitantes.

17 Tais proposições de intercambialidade de instrumentos de política urbana em áreas metropolitanas encontram-se desenvolvidas em Schvasberg, Lopes (2011).



“Os dados do Censo de 2010 sinalizam a continuidade da concentração de população e pobreza urbana em áreas metropolitanas, especialmente as periferias. Esta questão se acentua se focamos o caso de Brasília, em processo de crescimento que aprofunda a problemática vivida na dinâmica socioeconômica e territorial de sua área metropolitana. Especialmente, as limitações para implementar políticas públicas de planejamento e gestão urbana territorial que logrem enfrentar integralmente as crescentes dificuldades confirmadas ao longo de 50 anos da criação de Brasília e a constituição de uma área metropolitana junto à nova capital.”

## Bibliografia

CODEPLAN. Pesquisa Domiciliar: Transporte: 2000. Brasília: Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central do Brasil – CODEPLAN: Brasília - DF. 2002.

\_\_\_\_\_. Brasília e sua Região Polarizada: Perfil Socioeconômico e Demográfico da População. Relações entre o Distrito Federal e Entorno. Brasília: Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central do Brasil – CODEPLAN: Brasília -DF. 2003.

Cunha, E.M.P., Pedreira, R.S. (org.) Hierarquização e Identificação dos Espaços Urbanos, Ministério das Cidades, Brasília, 2008.

Ferreira, I.C.B. O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In: Paviani, A. (Org.) Brasília, ideologia e realidade. São Paulo: Ed.Projeto, 1985.

\_\_\_\_\_.I.C.B.; Steinberguer, M. O modelo de gestão de Brasília e as políticas urbanas nacionais. Caderno Metrôpole, n.14, 2006.

Gouvea, R.A questão metropolitana no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

Paviani, A; Ferreira, I.C.B. Brasília: organização interna da cidade. Revista Brasileira de Planejamento, n.4, 1977.

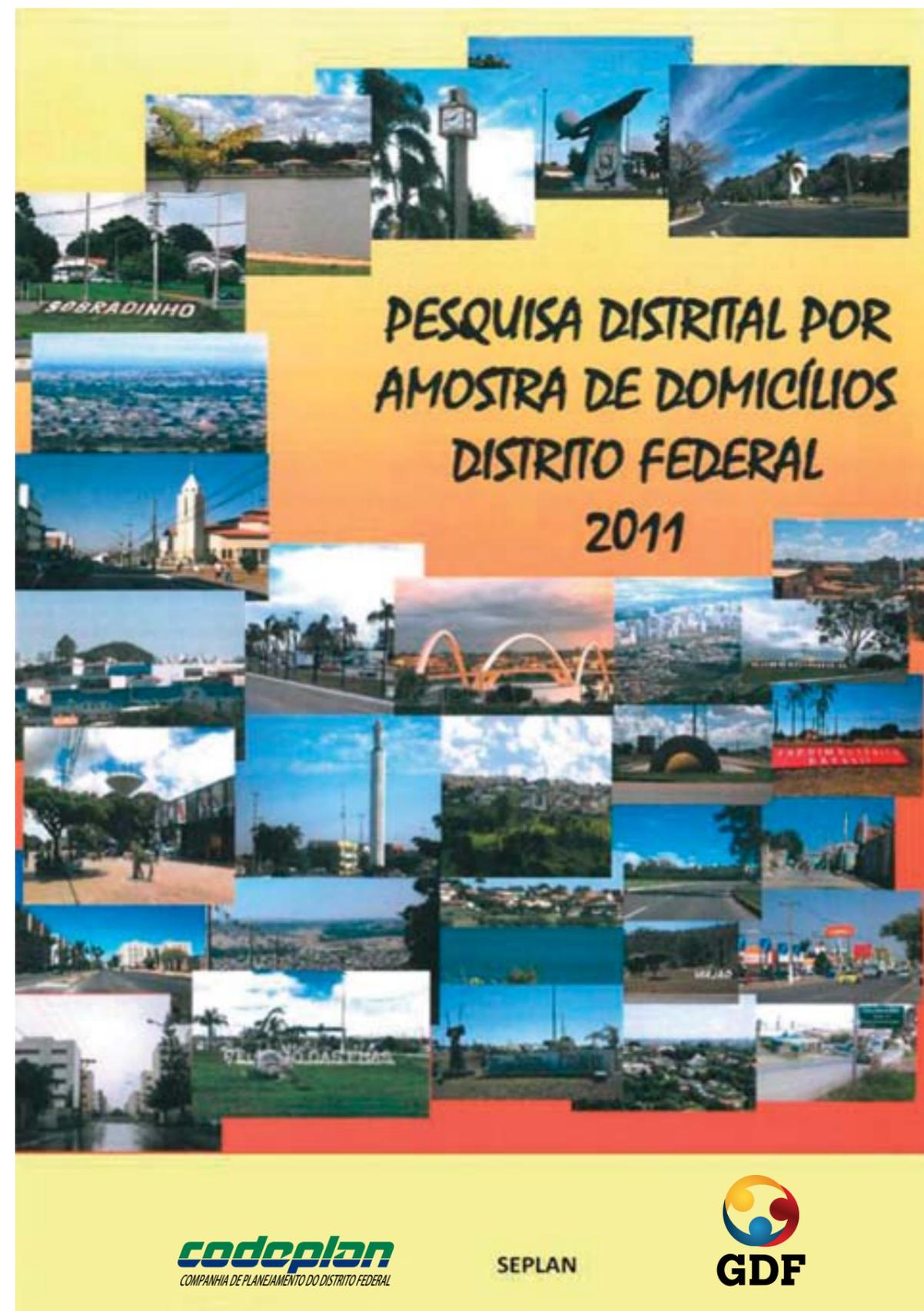
\_\_\_\_\_. A metrópole terciária. In: Paviani, A. (Org.) Brasília, ideologia e realidade. São Paulo: Ed.Projeto, 1985.

Rolnik, R., Someck, N. Governar metrópoles: dilemas da descentralização. In: Ribeiro, L.C.de Q.(org.) Metrôpoles entre coesão e fragmentação. São Paulo:Fase, 2004.

Schvasberg, B. Do Plano Piloto a Brasília Metropolitana: considerações sobre planos diretores e planejamento metropolitano. In: Paviani,A. (et al.) Brasília 50 anos: da capital a metrópole, Brasília: Ed. UnB, 2010.

\_\_\_\_\_, Lopes, A. O tema metropolitano nos planos diretores. In: OrlandoAlves dos Santos Junior, Daniel TodtmannMontandon (orgs.)Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas.Rio de Janeiro: Letra Capital:Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.

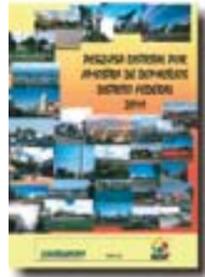
Lopes, A. Gestão metropolitana no Brasil: da Coerção Simétrica ao Voluntarismo sem Modelo, em busca da responsabilidade política com resultados.n:Silva, C.A. (org.) Metrôpole:governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: Faperj,2006.



Retrato socioeconômico do Distrito Federal  
[www.codeplan.df.gov.br](http://www.codeplan.df.gov.br)

Publicações técnicas

www.codeplan.df.gov.br



**Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD**  
Instrumento de planejamento nas ações e tomadas de decisões governamentais nas 30 Regiões Administrativas do Distrito Federal.

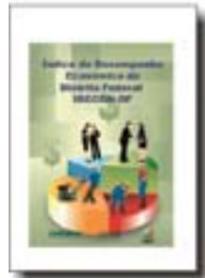


**Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED-DF**  
Apresentação mensal do índice de emprego e desemprego no Distrito Federal.



**Produto Interno Bruto do Distrito Federal 2010 - PIB-DF**  
Apresentação de informações sobre a evolução do Produto Interno Bruto do Distrito Federal.

**Diagnóstico Social do Distrito Federal - Pobreza, Educação e Saúde**  
Estudo sobre as três políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento social do Distrito Federal, inseridas no Plano Plurianual do Distrito Federal - 2015-2012.



**Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal - IDECON-DF**  
Permite o acompanhamento da atividade econômica local trimestralmente, constituindo-se em importante instrumento para subsidiar os planejamentos governamental e empresarial.



**Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal**  
Avaliação governamental que visa o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional da população do Distrito Federal.



**Evolução da Fecundidade no Distrito Federal entre 2000 e 2010**  
Aperfeiçoamento das ações dos gestores da administração com subsídio para as políticas públicas referentes a atual composição etária da população.



**Retrato da Infância e da Adolescência no Distrito Federal**  
Prioridade na mobilização da sociedade e do poder público na negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e pressão à infância e adolescência.



**Perfil da População Idosa do Distrito Federal**  
Reflexão e subsídios para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a pessoa idosa.



**Perfil do Negro no Distrito Federal**  
Reflexão sobre a condição dos negros comparados aos não negros no que se refere à escolaridade, ocupação e rendimento.



**Situação do Trabalho Infantil no Distrito Federal**  
Informações disponíveis sobre o problema do trabalho infantil no Distrito Federal, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise do trabalho infantil compreendida aqui abarca estatísticas relacionadas a crianças e adolescentes em situação economicamente ativa, entre ocupados e em busca de ocupação.



**A Evolução da Mortalidade no Distrito Federal na Área Metropolitana de Brasília (AMIB) entre 2000 e 2010**  
Análise da evolução da mortalidade no Distrito Federal e na Área Metropolitana de Brasília - AMIB -, entre 2000 e 2010, segundo o Código Internacional de Doenças - CID- para conhecimento da sua similaridade e diferença.

PIB-DF cresce 2,7% no 1º semestre

A atividade econômica aumentou 2,7%, de janeiro a junho de 2012, no DF. Calculado pela Codeplan, trimestralmente, o Índice de Desempenho Econômico do DF (Idecon-DF) registrou crescimento de 3,3% e 2,0% no 1º e 2º trimestres, respectivamente, na comparação com o mesmo período de 2011.

Considerando que o Produto Interno Bruto (PIB) nacional, apurado pelo IBGE, teve crescimento de 0,8% e 0,5% nos dois primeiros trimestres do ano (e de 0,6% na média do semestre), é de se esperar que o comportamento da economia do DF feche o ano com desempenho superior à média nacional em 2011.

A performance da economia do DF, acima da brasileira, é decorrente da elevada participação do setor público na economia local. O setor serviços, que menos tem sentido o impacto da crise internacional, representa 92,96% do PIB-DF, sendo que a Administração, Saúde e Educação Públicas representam 59,55% desse total. A forte dependência da economia local nesse segmento limita a capacidade de geração de empregos, acentuando as desigualdades sociais.

Serviços

No 1º trimestre de 2012, o setor serviços cresceu 3,1% em função do crescimento da administração pública de 4,0%, bastante acima da média nacional, de 1,6%. No 2º trimestre, o crescimento foi de 1,8%, um pouco acima da média nacional, 1,5%. A administração pública registrou alta de 1,2%.

O comércio aumentou 4,5% e 2,7% no 1º e 2º trimestres de 2012, na comparação com o mesmo período do ano anterior, bem acima da média nacional, que foi de 1,6% e 0,2%, respectivamente.

A intermediação financeira, na comparação com o mesmo período de 2011, registrou queda de -1,9%, abaixo do registrado em nível nacional (0,3%). No segundo trimestre, a atividade se recuperou, crescendo 1,6% em relação ao mesmo período de 2011, ainda assim abaixo da média nacional (1,8%).

Indústria

A atividade industrial, com peso de 6,58% no

PIB local, registrou crescimento no 1º e 2º trimestres de 2012 na comparação com igual período de 2011, de 6,0% e 4,6%, respectivamente. A indústria de transformação (1,95% do PIB total) aumentou 7,7% e 6,6% nos dois primeiros trimestres e a construção civil (3,87% do PIB total), que representa a maior parte da Indústria no DF, cresceu 5,8% e 4,0%.

O bom desempenho da indústria de transformação no DF foi distinto do observado no cenário nacional, que registrou retração de -2,6% e -5,3%, respectivamente, no 1º e 2º trimestres. Se no quadro nacional o desempenho da atividade influenciou negativamente o resultado global da economia, no caso do DF, devido à sua reduzida expressão, essa performance pouco repercutiu na economia local.

Agropecuária

O setor agropecuário no DF responde por apenas 0,47% do PIB local, do qual 0,39% se refere à agricultura. Esse índice foi calculado a partir da evolução das principais culturas desenvolvidas - soja, milho, feijão e tomate - que, juntas, representam mais de 80% da produção agrícola.

A agropecuária do DF cresceu 5,0% no 1º trimestre de 2012 e 2,4% no 2º trimestre em relação aos mesmos trimestres de 2011 devido à significativa expansão da produção local, em função de fortes investimentos em tecnologia e novos insumos. A previsão é de que o rendimento médio do feijão será 184% maior que o do Brasil, o milho, 67%; a soja, 21% e o tomate, 8%.

Análise trimestral

O principal indicador de acompanhamento da atividade econômica é o PIB. Mede, em níveis agregados, o somatório de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou município. Em parceria com o IBGE, a Codeplan calcula o PIB local, divulgado como nas demais unidades federativas, com quase três anos de defasagem.

Desde setembro de 2012, o cálculo trimestral do Idecon-DF permite monitorar a dinâmica da atividade econômica do DF e subsidiar o planejamento governamental, o empresarial e à sociedade em geral, com informações estratégicas. Marco de um processo permanente de aperfeiçoamento de indicadores econômicos divulgados pela Codeplan, trata-se de um novo projeto do Núcleo de Contas Regionais.

Idecon - DF e PIB Brasil  
Variação percentual nos dois primeiros trimestres de 2012 em relação a 2011

Principais atividades econômicas	Primeiro trimestre		Segundo trimestre		Crescimento médio-janeiro a junho 2012	
	IDECON-DF	PIB-Brasil	IDECON-DF	PIB-Brasil	IDECON-DF	PIB-Brasil
AGROPECUÁRIA	5,0	-8,5	2,4	1,7	3,7	-3,5
INDÚSTRIA	6,0	0,1	4,6	-2,4	5,3	-1,2
Indústria de transformação	7,7	-2,6	6,6	-5,3	7,1	-4,0
Construção civil	5,8	3,3	4,0	1,5	4,9	2,4
SERVIÇOS	3,1	1,6	1,8	1,5	2,5	1,5
Comércio e serviços de manutenção e reparação	4,5	1,6	2,7	0,2	3,6	0,9
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	-1,9	0,3	1,6	1,8	-0,2	1,0
Administração, saúde, educação públicas	4,0	1,2	1,2	1,4	2,6	1,3
IDECON-DF/PIB-Brasil	3,3	0,8	2,0	0,5	2,7	0,6

Fonte: IBGE, Codeplan - Elaboração DIEPS (<http://www.codeplan.df.gov.br/idecon.html>)

Philippe Tshimanga  
Kabutakapu  
Economista

**Economistas, participem  
do seu conselho profissional.  
O Corecon-DF, autarquia  
federal, atua na fiscalização  
do exercício da sua profissão.  
Visite-nos, critique  
e dê sugestões.  
As conquistas são de todos.**

Conselho Regional de Economia da 11ª Região-DF  
SCS Qd. 04, Ed. Embaixador, Sala 202  
CEP 70300-907 - Brasília -DF  
Tels: (61) 3225-9242 / 3223-1429  
3964-8366 / 3964-8368  
Fax: (61) 3964-8364  
E-mail: corecondf@corecondf.org.br  
Site: www.corecondf.org.br



## Catadores têm renda satisfatória

*Brasil é o maior reciclador de latas de alumínio do mundo, supera Estados Unidos, Europa e Japão, não por consciência ambiental, mas por causa da miséria*

(\*)Valda Queiroz



Bursztyn lança em dezembro/2012 o livro *Fundamentos de Política e Gestão Ambiental - Caminhos da Sustentabilidade* com Maria Augusta Bursztyn

Os moradores de rua que vivem do lixo, em condições precárias, ou catadores de lixões têm um nível de renda satisfatório, considerando a base da pirâmide da pobreza do Brasil. Estão ligados a uma atividade com bom desempenho na economia do país. As grandes empresas nacionais e internacionais que se valem da reciclagem, sobretudo a de latas movimenta bilhões de reais, porque obtêm sua matéria prima a um custo mais reduzido. Estes são apenas alguns dados de uma cadeia, razoavelmente bem organizada de catadores de lixo, com associações etc., constata o pesquisador **Marcel Bursztyn** do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília-CDS/UnB.

Prova disso é que graças às atividades dos catadores, segundo Bursztyn, o Brasil é o maior

reciclador de latas de alumínio do mundo, supera os Estados Unidos, Europa e Japão, não por consciência ambiental, mas por causa da miséria. “Os miseráveis catam a lata em lixões e nas ruas porque tem bom preço de mercado. Quando se recicla uma lata quase todo o valor dela é reaproveitado. A latinha que é jogada fora se transforma numa nova lata de refrigerante ou cerveja num período muito rápido, seu ciclo de vida entre o consumo e a reciclagem é de 30 dias, no máximo”.

“O lixo acaba sendo uma atividade econômica muito organizada, muito institucionalizada, que muitas vezes a gente não vê, não faz parte do nosso imaginário. Ninguém se interessa em saber como o produto rejeitado pode ser reciclado. O fato de se pegar o que sobrou e descartar numa lixeira, e o lixeiro levar, não significa

que acabou. Isso é só metade da cadeia, de ali em diante existe um mundo de atividades até chegar ao final dessa cadeia, o consumo, para conectar novamente com o início da cadeia que é a produção dos bens de consumo que você consome”, acrescenta Bursztyn.

Brasília encontra-se em um padrão de geração e produção de lixo, equivalente a de países ricos. Acima de um quilo de lixo por pessoa/dia, já indica um razoável grau de prosperidade da sociedade. A capital produz perto de 2 quilos por pessoa/dia e a média do Distrito Federal é 1,5. O estudo feito pelo ex-aluno do CDS Benício de Melo que se deu ao trabalho de pesar o lixo que chegava de várias quadras na Usina de Tratamento de Lixo (L2 Sul), constatou a existência de mais de 90 materiais diferentes, desde

fraldas descartáveis até metais, garrafas e plástico. Cada um tem um preço no mercado e tem mercado para isso tudo. A conclusão a que se chegou é que o lixo de Brasília é muito rico, em contraste com o lixo da periferia: é mis orgânico e mostrava, à época, que o padrão de consumo na periferia é mais baixo.

*Os catadores (de rua) ganham o suficiente, e quando voltam e com frequência à terra natal na Bahia e em outros estados, chegam lá como prósperos, os que triunfaram, fizeram a vida em outra cidade e levam bugigangas, para dar de presente ou para vender. Alguns chegam até dirigindo um carro velho. Trazem de volta alguns familiares e amigos que vão entrar na cadeia do lixo, muitas vezes, gerando uma hierarquia.*

imaginário deles, emprego é uma coisa fora do real, não foram atraídos por Brasília, mas expulsos de onde moravam, cujas condições de vida eram muito precárias. Quase todos eram agricultores. Se organizam de acordo com a origem, agregam-se em grupos de parentes e amigos de várias localidades do país, geralmente mais da metade vem da Bahia”, explica Bursztyn.

O pesquisador descobriu ainda que os carroceiros moram próximos à Esplanada dos Ministérios, Universidade de Brasília, em tendas de lona, precaríssimas, perto de um poste, do qual puxam energia. Muitos têm televisão, alguns até geladeiras. A renda dessas famílias vem principalmente do papel produzido e despejado pela burocracia da sede do Governo Federal e da UnB. Na época, há 10 anos era uma quantidade enorme, coletavam 160 toneladas de papel por semana. Havia um sistema bem organizado dos catadores, com uma certa solidariedade facilitada pelos porteiros dos prédios públicos que permitiam a coleta do papel. Em estacionamentos dos ministérios tinham contêineres de uma companhia de reciclagem, onde supostamente esse material seria reunido e guardado.

“Aos poucos, colegas e alunos bolsistas de projeto de pesquisa do CNPQ se interessaram pelo tema e começamos as entrevistas. Isso em 1997. Os carroceiros levavam o material para os acampamentos escondidos em algumas brechas do Cerrado. Havia divisão de trabalho e um processo semelhante aos garimpeiros, coletam o material, agregam algum trabalho, valor e revendem ao mercado. Os homens e os filhos maiores coletavam a matéria-prima, a mulher e as filhas separavam os papeis num pequeno cercadinho, local que eles chamam de chiqueirinho, deixando-os devidamente prontos para o processo de reciclagem industrial, sem papel carbono, clipes e grampos” explica o pesquisador.

Continua em tom didático, “para as empresas era bom negócio, e para as famílias, representava meio

de subsistência. Os compradores ou atravessadores chegavam, em caminhões, nos lugares fixos, porque já havia inclusive uma rede de conhecidos e de confiança. O pagamento da entrega de uma remessa era recebido nas próximas vendas e estes atravessadores revendiam a uma empresa formalmente estabelecida, oficial. Isso barateava o custo de produção, e isentava as empresas de pagar encargos trabalhistas”.

Os catadores ganham o suficiente, e quando voltam e com frequência à terra natal na Bahia e em outros estados, chegam lá como prósperos, os que triunfaram, fizeram a vida em outra cidade e levam bugigangas, para dar de presente ou para vender. Alguns chegam até dirigindo um carro velho. Trazem de volta alguns familiares e amigos que vão entrar na cadeia do lixo, muitas vezes, gerando uma hierarquia. Os mais antigos acabam sendo patrões, atravessadores, mesmo porque estão há muito tempo na atividade. Nesse ponto, já compraram mais de uma carroça, mais de um cavalo, e os repassam aos recém-chegados que vão fazer parte da produção. É assim que funciona, informa o pesquisador.

#### São muitos os catadores?

Para Bursztyn há duas modalidades: os catadores de rua e os

*O pesquisador descobriu ainda que os carroceiros moram próximos à Esplanada dos Ministérios, Universidade de Brasília, em tendas de lona, precaríssimas, perto de um poste, do qual puxam energia. Muitos têm televisão, alguns até geladeiras. A renda dessas famílias vem principalmente do papel produzido e despejado pela burocracia da sede do Governo Federal e da UnB.*

dos lixões, há sempre um indivíduo, o elo entre esses catadores com o sistema formal, que vai ser a parte inicial da cadeia industrial. É difícil contabilizar o número dos que andam de carroça, pegam lixo ou papel na Esplanada dos Ministérios, nas portas das casas, em frente às lojas. Acha que são muitos.

Pertencem a uma categoria de brasileiros que não tem endereço fixo. O próprio Censo do IBGE considera que 4 a 4 e meio por cento da população não entram nas estatísticas porque não abrem a porta, estão no meio da rua, moram debaixo da ponte, não são contabilizados conforme exigência da planilha dos recenseadores que visitam residências. Estão em trânsito nos dias da contagem, nas ruas ou nas estradas. Formam um exército de ciganos, de perambulantes que saem de um ponto e não chega a lugar nenhum, vai passando por um local, por outro. “O migrante é aquele que sai de um ponto e vai para outro”, define o pesquisador.

“Os que catam lixo em Brasília são os que conseguiram penetrar na vida da cidade. Outros batem perambulando pelo país. Vão estacionar em algum lugar, não se sabe. São famílias que vêm de caminhão, de carona, ou mesmo a pé. Consegui identificar uma família que veio de carroça da Bahia, levou 14 dias. É uma das famílias que vai fazer parte da complexa cadeia do lixo. Num primeiro momento, fazendo uma análise teórica, sociológica, entendi que eram pessoas excluídas, a partir do conceito de exclusão, aqueles que estão fora da sociedade. Mais adiante, comecei a entender um pouco mais o problema e percebi que não são excluídos, são parte integrante, mas, são sim mal incluídos”, diz o sociólogo.

O assunto vem sendo estudado. “Há muitos estudantes interessados no tema, mas não temos dados concretos sobre o problema, quantos são, qual o valor dessa economia, quanto por cento representa no

PIB brasileiro. Ao final das contas, quem é o catador? É um prestador de serviços ambientais, conclui. Acredita-se que 1 milhão de pessoas estejam vinculados à cadeia do lixo, desde garis, catadores formais e informais, passando por profissionais das indústrias de reciclagem”, conclui Bursztyn.

O pesquisador acrescenta, “se eu fizer uma conta razoavelmente criteriosa, tomando, por exemplo, a proporção em Brasília e também em outras cidades com 20, 30 mil habitantes, pelas quais passei pelo Brasil, todas têm lixões, grandes ou pequenos. Onde o lixo é jogado, se vê gente catando-o. Há uma rede não só de coleta de lixo, mas de separação e de compradores. Uma grande fábrica multinacional, perto de Campinas, São Paulo, que reaproveita garrafas PET, elas chegavam de caminhões até mesmo do Acre. Mas para serem compradas têm regras. Se na seleção, por meio de amostragem encontrassem no meio das garrafas PET (refrigerante) uma de PVC (água sanitária) que



Lixão da Estrutural-DF. Os compradores ou atravessadores chegam em caminhões nos lixões. O pagamento da entrega de uma remessa é recebido na próxima venda



Lixão da Estrutural-DF. As empresas multinacionais são as maiores recicladoras de garrafas PET

são materiais diferentes, a carga toda seria descartada e o sujeito não receberia o pagamento. Isso para evitar que colocassem materiais de outra categoria que invalidam o processo de industrialização”.

#### Lixo a céu aberto - Estrutural

“Há um exército de catadores que são operários regulares de uma atividade fabril, que operam nos lixões. Ai é diferente. São pessoas que saem de casa, não moram dentro do lixão, estão próximos, creio que chegou a ter 1 mil catadores. Em algum momento, no Governo Roriz tinha política por trás, teria que ser membro de uma associação com crachá para ter acesso ao lixão, aí baixou para cerca de 500. Outros tantos, eu os chamava de OS SEM LIXO, não conseguiam entrar no lixão, catavam do lado de fora. Com isso organizavam, em volta do lixão da Estrutural, pequenos depósitos e oficinas de recuperação de materiais. Facilmente diria que mais de 1 mil famílias viviam dessa atividade”, informa Marcel Bursztyn.

Entre os membros das associações de catadores da Estrutural, o pesquisador explica: tem até especializações e desenvolveram habilidades para separar o lixo muito rápido. Tem gente que pega metais, outros vidros, alguns pegam um pouco de tudo, separam em grandes contêineres destinados aos compradores que chegam aos locais em caminhões. O mercado acontece lá mesmo. No caso do lixão, eles vendem e recebem o dinheiro na hora, todos os dias, processo diferente dos catadores de rua.

“Em Brasília, a coleta de lixo é particularmente escandalosa, precária”. No depósito do principal lixão, da Estrutural, o chorume (líquido produzido pelo lixo orgânico), penetra na terra, é extremamente poluído e solvente, contamina o lençol freático, das nascentes, de onde é captada a água que abastece Brasília. Não havia um sistema de tratamento (instalação de grandes escapamentos para evitar o gás metano – também resultado da decomposição) que é talvez a parte mais negativa de

tudo isso. “Até Salvador, que não é uma cidade tão rica como Brasília, possui um sistema de tratamento, com uma destinação final do lixo melhor do que a capital, que está muito atrasada nesse aspecto por razões que são inúmeras: máfias envolvidas, desinteresse público, ou porque o lixo, em geral, é algo que a gente gosta de jogar debaixo do tapete. Não aparece, não dá voto”, afirma o professor.

Aqui no Distrito Federal têm uma população sobrevivendo do lixão da Estrutural e outros lixões, na maior precariedade. Quando um caminhão de uma grande rede de supermercado chega com rejeitos, frutas e legumes amassados, iogurte com embalagens danificadas, leite com data de validade vencida, os catadores avançam e muita gente vai comer naquela hora, ali mesmo, sem lavar as mãos que estavam separando o lixo, relata Bursztyn.

Pouquíssimas coisas da indústria da reciclagem são produzidos na capital. Algumas oficinas artesanais aproveitam materiais plásticos para

fazer saco de lixo, garrafas pet para fazer vassouras. Mas a indústria mesma que recicla e agrega valor, as fábricas de celulose que produzem papel, as de garrafas e latas geralmente são grandes empresas multinacionais.

#### Fora do Brasil

Os países ricos produzem muito lixo, muitos resíduos mas tendem a ter um sistema de coleta seletiva, um reaproveitamento desse material um pouco mais decente do ponto de vista do trabalho. As pessoas separam para as companhias que fazem a coleta, têm mecanismos próprios, caminhões separados, garrafa vai de um jeito, plástico vai de outro jeito, metais de outro jeito. Isso chega às empresas de reaproveitamento.

O pesquisador acha interessante o trabalho sobre lixo do artista Vik Muniz (que mora em Nova Iorque) mostrado em exposições e no filme Lixo Extraordinário (premiado no Festival de Berlim) e do Santana, da Bahia, que faz grandes móveis, instalações com lixo que as pessoas entram, veem e sentem o que é o lixo. “Diria que eles não resolvem o problema do lixo, apenas chamam a atenção. A questão é muito mais complexa. O paradoxo é que se limpar, higienizar o processo, esse pessoal vai perder renda e emprego”

Por falar em paradoxo, o pesquisador relata um fato chocante. A revista Time publicou uma foto do lixão de Olinda, há pouco mais de 10 anos que mostrava a cena de uma senhora que cozinhava um seio humano para alimentar o filho deficiente mental. Ao ser indagada se ela sabia que era um seio humano, disse: sei, mas se eu não comer isso, eu não tenho mais nada para comer hoje. É uma sucessão de barbaridades. O seio possivelmente foi extraído de uma mastectomia, de alguém com câncer e sua destinação seria o lixo hospitalar, e não lixão comum. A mesma resposta que ela deu, se eu não comer isso eu não tenho o que comer, eu diria, se exterminar esse lixão, estas pessoas seguramente não terão outra opção, ninguém optou por ser catador de lixo porque acha aquilo uma atividade atraente.

Com ar entre resignado e chocado, o professor comenta: “Se o Brasil continuar endireitando, quem sabe a gente arranja emprego melhor para estas pessoas. Não para elas, mas para os filhos, isso se forem para a escola. As que não estudaram, perderam o barco, não serão trabalhadores especializados em coisa nenhuma, apenas em catar lixo. Esta é uma geração perdida, se quisermos inserir a próxima no mercado, teremos de tirar crianças do lixão e colocar na escola. Eu conheci no lixão da Estrutural em Brasília três gerações, os netos dos primeiros catadores que passam a atividade de pai para filho”.

#### Teses e dissertações CDS - UnB

Ao longo de 17 anos de existência, o Centro de Desenvolvimento Sustentável - UnB contabiliza, em média, uma dúzia de teses e dissertações sobre lixo. A temática versa sobre os catadores de lixo, o valor dos materiais, a economia, o papel das mulheres no sistema de coleta seletiva e reaproveitamento de materiais do lixo. Cada um faz um estudo que tangencia o tema. Eliana Katia, aluna de mestrado do CDS, estuda o tema e coordenou a criação da primeira associação que se tornou exemplar, ASMARE, em Belo Horizonte.

**Um fato chocante. A revista Time publicou uma foto do lixão de Olinda, há pouco mais de 10 anos que mostrava a cena de uma senhora que cozinhava um seio humano para alimentar o filho deficiente mental. Ao ser indagada se ela sabia que era um seio humano, disse: sei, mas se eu não comer isso, eu não tenho mais nada para comer hoje. É uma sucessão de barbaridades.**

#### Marcel Bursztyn - perfil

*Estudioso da temática do lixo, o sociólogo e economista, escreveu dois livros sobre o tema, um em parceria com Carlos Henrique Araújo, fruto de uma pesquisa, há 15 anos, sobre os catadores de Brasília; outro reuniu um conjunto de estudos, em 2000.*

*Não acompanha sistematicamente o assunto em Brasília, mas sempre que vai a outro país, ou qualquer cidade visita os lixões. Orienta grande parte de teses e dissertações sobre o lixo, e em função do envolvimento com outras áreas de pesquisas, inclusive internacionais, tem contado com a colaboração da pesquisadora Isabel Zaneti, ex-aluna do CDS.*

*Com vasto currículo acadêmico, Marcel Bursztyn, é doutor em Développement Economique et Social - Université Paris I - Panthéon-Sorbonne (1982) e doutorado em Economie - Université de Picardie-França (1988). Tem pós-doutorado em Políticas Públicas na Université Paris XIII e na École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris (1989-1991). Senior Research Fellow, Kennedy School of Government - Sustainability Science Program, Harvard University (2007-2008). Professor visitante na Université de Rennes 2, França (2009).*

*Membro do Comitê de Ética para a Pesquisa Agrícola do INRA e CIRAD, França. É coeditor da Revista Sustentabilidade em Debate.*

<http://www.cds.unb.br>

(\*) Valda Queiroz é jornalista/Codeplan



**O Instituto Brasiliense de Estudos de Economia Regional, é uma sociedade civil, que promove a elaboração de análises, estudos e pesquisas sobre a economia do Distrito Federal e região de influência.**

SCS Qd. 04, Ed. Embaixador, Sala 202  
CEP 70300-907 - Brasília -DF  
Tels: (61) 3225-9242 / 3223-1429  
3964-8366 / 3964-8368  
Fax: (61) 3964-8364

## Distrito Federal é referência na formalização de empreendedores

*Até novembro deste ano, aproximadamente 20 mil trabalhadores deixaram a informalidade, superando em 184% a meta estabelecida para 2012*

(\*) Natália Kenupp

O Sebrae no DF se destacou no cenário nacional, ocupando o primeiro lugar no ranking em relação a todos os Estados do Brasil, com índice 336% acima do esperado e tornou-se referência no número de Empreendedores Individuais (EI), formalizados em 2011. Até novembro deste ano, o número de empreendedores que deixaram a informalidade no Distrito Federal é de 18.442, superando em 184% a meta projetada para 2012. Além da formalização, a instituição se preocupou em promover a sustentabilidade econômica da

categoria. Esse foi o principal desafio do Sebrae no DF neste ano e, para isso, não poupou esforços para oferecer diversas formas de capacitação, como workshops, oficinas, cursos, palestras, entre outras. A ideia é que esses empreendedores, que saíram do mercado informal, tenham qualidade e competitividade para prosperar no segmento em que atuam.

Para o superintendente do Sebrae no DF, Antônio Valdir Oliveira Filho, o Distrito Federal tem avançado a passos largos na questão da formalização, e isso demonstra que

os empreendedores locais desejam trabalhar de maneira legal e correta. “A regulamentação da Lei Geral trouxe um ambiente favorável para que pudéssemos ampliar o número de empresários no DF. A formalização representa cidadania empresarial. Além de ampliar as chances de negócios, proporciona uma série de vantagens não só para o EI, mas também para sua família”, afirma.

Quem opta pela formalização, passa a contar com diversos benefícios, incluindo cobertura previdenciária para o empreendedor



# Perspectivas para o desenvolvimento da Área Metropolitana de Brasília

*Promovido pela Codeplan e a Casa Civil do GDF, seminário discute caminhos para a Área Metropolitana de Brasília. Acordo de cooperação prevê planejamento integrado*

(\*) Eliane Menezes



Foto: Cristiano Costa

e sua família com contribuição mensal reduzida; contratação de um funcionário de menor custo; isenção de taxas para registro da empresa; ausência de burocracia; acesso a serviços bancários, inclusive crédito, compras e vendas em conjunto; redução da carga tributária; controles simplificados; e emissão de alvará pela internet. A partir do primeiro ano formalizado, o Empreendedor Individual já pode contar com vantagens como auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. Para as mulheres, que contribuírem por pelo menos dez meses, o salário-maternidade fica garantido.

Adalberto Oliveira dos Santos, morador do Distrito Federal, foi o primeiro Empreendedor Individual a se formalizar no Brasil. A vida do comerciante de bijuterias passou por uma série de melhorias desde então. Podendo comprovar sua renda, ele financiou um apartamento e um carro. “Com o CNPJ em mãos, consegui ter acesso ao crédito e talão de cheques. Isso fez com que conseguisse realizar compras a prazo, o que melhorou o fluxo de caixa e a manutenção do estoque”, explica.

O Distrito Federal também obteve destaque durante a Semana do Empreendedor Individual, iniciativa realizada simultaneamente em todo o Brasil, de 2 a 7 de julho. A unidade federativa ocupou o primeiro lugar em formalizações em relação ao restante do país e registrou 2.040 formalizados, superando

em 361% a meta estipulada pelo Sebrae para a região. Durante seis dias, o Sebrae no DF ofereceu informações e qualificações em 17 pontos de atendimento em regiões administrativas como Taguatinga, e estrutura principal em Ceilândia. Os colaboradores visitaram os empreendedores em unidades móveis de atendimento, o que possibilitou que se aproximassem do Sebrae no DF sem sair de casa. Foram realizadas 4.826 orientações sobre empreendedorismo e 46 oficinas, que contaram com aproximadamente 1 mil participantes. O evento teve como parceiros: instituições financeiras e bancos; Previdência Social, associações comerciais e empresariais de Planaltina, Paranoá, Varjão, São Sebastião e Taguatinga; administrações regionais da Ceilândia, Estrutural e Recanto das Emas, e Na Hora Empresarial de Taguatinga e Riacho Fundo.

Em 2012, o Sebrae no DF preparou uma programação de oficinas objetivando capacitar Empreendedores Individuais em gestão. A instituição destaca que, após a formalização, é importante investir em conhecimento, visando a sobrevivência e lucro em um mercado cada vez mais competitivo. Com as oficinas Sebrae Empreendedor Individual (SEI), os participantes têm a chance de aprender sobre temas básicos e essenciais, como controle financeiro, vendas e compras. Durante este ano, foram realizadas 47 oficinas, que

capacitaram aproximadamente mil participantes. “Não basta formalizar, temos que prepará-los para que sejam sustentáveis enquanto empresa e, para isso, preparamos uma série de eventos de aprendizagem, com o objetivo de despertar o interesse do empreendedor em relação ao aperfeiçoamento em gestão”, conclui o superintendente.

(\*) Natália Kenupp - jornalista/Sebrae

## Saiba Mais

A figura do Empreendedor Individual foi instituída no Brasil em julho de 2009, por meio da Lei Complementar nº 128/2008 e, desde então, milhares de trabalhadores passaram a ter suas atividades reconhecidas. Apenas no Distrito Federal, já são aproximadamente 50 mil empresários nessa categoria, que tem como condição o faturamento de até R\$ 60 mil reais por ano. São muitas as atividades que podem ser formalizadas como Empreendedor Individual, entre elas: carpinteiro, cabeleireiro, guia de turismo, mecânico e até mesmo mágico. A formalização é feita de forma gratuita pelo Portal do Empreendedor, no site [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

Informações:

[www.df.sebrae.com.br](http://www.df.sebrae.com.br)

Central/Atendimento 0800 570 0800

Debater com a sociedade civil os principais desafios enfrentados pela região na busca de um planejamento integrado entre o Distrito Federal e o Entorno foi o objetivo principal do seminário *Perspectivas para o Desenvolvimento da Área Metropolitana de Brasília*, realizado em 19 e 20 de novembro, em Brasília.

O seminário foi uma oportunidade para se discutir os problemas da região e apontar soluções para melhorar as condições de vida da população. Foram debatidos os temas “Planejamento Integrado Metropolitano”; “Mercado de Trabalho Metropolitano”; “Desenvolvimento Industrial” e “Infraestrutura para o Desenvolvimento”.

O encontro, realizado pela Codeplan, em parceria com a Casa Civil do Governo do Distrito Federal, resultou na assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o DF e o Entorno Metropolitano, visando o planejamento integrado na realização de pesquisas socioeconômicas e apoio a projetos arquitetônicos e urbanísticos.

Por meio do acordo, serão apoiadas pelo GDF as gestões dos municípios goianos que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). O principal foco de atuação integrada será a Área Metropolitana de Brasília-AMB que, além do DF, compreende os municípios de Planaltina, Formosa, Águas Lindas de Goiás, Padre Bernardo, Santo Antônio do Descoberto, Alexânia,

Novo Gama, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental e Luziânia.

As cidades vizinhas ao DF devem ser consideradas no planejamento do Distrito Federal, pois influenciam o transporte, a saúde, a educação, o meio ambiente, o mercado de trabalho e a segurança pública. A população desses municípios busca atendimento de saúde, educação e trabalho em Brasília porque, no Entorno Metropolitano, existe um baixo desenvolvimento econômico e social.

## Infraestrutura

Para o Presidente da Codeplan, Júlio Miragaya, não é possível planejar o quadrilátero ignorando a realidade do Entorno. “Precisamos reduzir as disparidades e, com esse acordo, estamos no caminho certo. A Codeplan tem muita responsabilidade nesse processo com relação aos irmãos da área metropolitana”, afirmou.

Miragaya enfatizou a importância da melhoria da infraestrutura para o desenvolvimento. Segundo ele, o projeto para construir um gasoduto auxiliaria o processo de industrialização e geração de empregos na AMB. A indústria da transformação representa apenas 1,7% do PIB-DF, 10 vezes menos que a média nacional. Nos municípios vizinhos, ela é ainda menor. A carência de desenvolvimento industrial acentua ainda mais o fosso econômico entre o DF e o Entorno.

O presidente da Codeplan lembrou que o índice de violência nos municípios da Baixada Fluminense caiu porque houve investimentos na indústria. “Sem investimento, não há cadeia produtiva. Na AMB ainda há uma precária base econômica”.

## Qualidade de vida

O secretário do Entorno de Goiás, André Clemente, afirmou que os problemas da região devem ser resolvidos de forma consorciada.



# Desigualdade marca fosso socioeconômico entre regiões do DF

*Elaborada pela Codeplan, a PDAD – 2011 revela uma diferença de 19 vezes na renda entre a região mais rica e a mais pobre*

(\*) Mariana Mainenti, Valda Queiroz e Eliane Menezes

Em uma distância de não mais do que 20Km evidencia-se, no Distrito Federal, o maior abismo socioeconômico do Brasil. Os moradores do Lago Sul, que detem um dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais alto do país, possuem renda domiciliar per capita 19 vezes maior do que os da Estrutural. É o que revela a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD-DF/2011), realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan).

A PDAD faz uma radiografia das 30 regiões administrativas do DF e mostra que esses dois brasis, tão próximos fisicamente, não estão separados apenas pelos ganhos salariais dos seus habitantes. A diferença entre as regiões administrativas começa no nível de escolaridade de suas populações. Enquanto a maioria dos moradores do Lago Sul tem superior completo, na Estrutural a proporção dos que concluíram um curso universitário não chega a 1%.

“Minha filha mais velha, Camila,

é advogada, e a mais nova, Andrea, estuda Letras na Universidade de Brasília”, conta, com orgulho, a aposentada da Advocacia Geral da União, Sueli Medeiros. Viúva, ela educou Camila, 24 anos, e Andrea, 22, contando com uma renda superior a 15 salários mínimos.

Outro morador do Lago Sul, o empresário Alfredo Gebran possui renda superior a 10 salários mínimos e já tem os três filhos formados na universidade. Com o mesmo nível salarial, o bancário Jorge Wilson é pós-graduado em Finanças e possui duas filhas com ensino superior completo.

“O Lago Sul tem serviços básicos comparados a cidades de primeiro mundo. Aqui, o padrão de vida é excelente. As opções de lazer são boas, com ciclovias, academias”, afirma o servidor da Secretaria de Fazenda do DF Nilban de Melo Júnior. Casado, com renda superior a 20 salários mínimos, ele possui pós-graduação em Finanças e em Direito.

Fazendo-se um percurso que,

de carro, leva cerca de meia hora, encontra-se uma realidade bem distinta do Lago Sul. Na Estrutural, Pedro\*, 3 anos, vem mostrar as mãozinhas ensanguentadas. Ele as cortou com um caco de vidro, na rua. “A água acabou, não temos como limpar”, conta o pai, José Vicente da Silva\*, 40 anos.

Embora vivam a poucos metros do lixão, não é sempre que o caminhão do lixo passa para recolher os detritos da rua, de terra batida, onde tampouco se veem varredores. Pedro não está na creche, bem como seus cinco irmãos – quatro em idade escolar – não frequentam nenhuma instituição de ensino. Quando o pai, pedreiro, tem serviço, quem toma conta dele são os mais velhos. “Moravam com a mãe e vieram morar comigo esse ano. Ainda não tive como colocá-los na escola, mas vou fazer isso no ano que vem”, justifica o pai.

No momento, José não está trabalhando. Quem sustenta a família é a atual mulher dele, Maria da Glória Souza\*, 39. A renda dela – de um salário mínimo, recebido pelo trabalho em um restaurante comunitário – ainda é dividida com os cinco filhos de Glória.

Com carteira assinada, Glória é uma exceção na Estrutural, onde a maioria dos moradores não possui emprego formal. “A minha renda não tem uma base, tem dia que eu ganho, tem dia que não ganho”, conta a costureira Ana Maria Gonçalves\*, 46 anos, que vive desde 1999 na região. “Só estudei até a 5ª série. O meu sonho é me formar em Direito ou Veterinária”, revela Ana Maria, que vive com dois cachorros e dois gatos na residência de

“Demos um grande passo por meio da Codeplan, Secretaria do Entorno do DF, de Goiás e Associação dos Municípios Adjacentes a Brasília (AMAB). Se não resolvermos o problema do próximo, não teremos segurança em nossa própria casa. O povo em primeiro lugar”, enfatizou Clemente.

Para o secretário do Entorno do DF, Arquielso Bites, os governos do Distrito Federal e do Estado de Goiás devem ser parceiros. “A Codeplan agora provoca vários órgãos, e, por isso, teremos uma discussão sobre o planejamento estratégico à luz dessas atividades. A área metropolitana pode ser a solução dos graves problemas de Brasília”, acrescentou Bites.

O presidente da Associação dos Municípios Adjacentes a Brasília (AMAB), prefeito de Formosa, Pedro Ivo de Campos Farias, também defendeu a industrialização. “É importante que as cidades não sejam apenas dormitórios, gerando problemas de transporte e educação”, arrematou.

Para o secretário-chefe da Casa Civil, Swedenberger Barbosa, é imprescindível que os projetos realizados conjuntamente pelos governos do DF e de Goiás, contem com apoio da União. “É preciso estudar alternativas em conjunto, propor as soluções também em âmbito federal”, apontou.



Agnelo Queiroz reafirmou a decisão de fortalecer a Codeplan, transformando-a no órgão de referência em pesquisa do GDF

## Cooperação técnica

Presente à cerimônia de encerramento do seminário, o Governador do DF, Agnelo Queiroz, disse que, até 2014, erradicará a extrema pobreza no DF. Ele também colocou o combate ao analfabetismo e a qualificação profissional como políticas prioritárias na geração de postos de trabalho. “O desenvolvimento econômico precisa de inteligência, de estudo, de aprofundamento, com base científica, como a Codeplan vem promovendo, por meio de suas pesquisas. Nossa atuação deve ser colaborativa com o Entorno e não competitiva. Esse é um desafio grande que temos a enfrentar. A saída não pode ser individual”, defendeu o governador.

Para Agnelo Queiroz, somente com uma grande união seremos capazes de enfrentar os graves problemas da região. “Com a crença de que a única vocação do DF é o serviço público, já perdemos preciosos anos. Segundo dados da Codeplan, 48% dos postos de trabalho no DF estão centralizados no Plano Piloto”.

Ao assinar o acordo, o governador disse que vai ouvir e debater o planejamento integrado com a população, nas universidades, com todos os segmentos da sociedade. Referiu-se ainda à decisão de fortalecer a Codeplan, transformando-a no órgão de referência em pesquisa do GDF.

O Acordo assinado pelo Governador Agnelo Queiroz, pelo Chefe da Casa Civil do DF, Swedenberger Barbosa, Secretário do Entorno do DF, Arquielso Bites, Secretário de Desenvolvimento do Entorno de Goiás, André Clemente, pelo Presidente da Codeplan, Júlio Miragaya, e pela Associação dos Municípios Adjacentes a Brasília (AMAB), prevê a realização da Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD) e a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) metropolitana. Além disso, técnicos da Codeplan serão designados a prestar assistência às Prefeituras na área urbanística.

(\*) Eliane Menezes é jornalista/Codeplan



Júlio Miragaya, Arquielso Bites, Ilza Queiroz, Agnelo Queiroz, Swendenberger Barbosa e André Clemente participam da cerimônia de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica



As irmãs Andrea e Camila Medeiros são moradoras do Lago Sul - Distrito Federal

um cômodo. “Já cerquei um pedaço para fazer um banheiro, mas não tive condições porque tenho muitos gastos com remédio. Por enquanto, estou usando o banheiro na casa dos vizinhos”, diz.

Aos 24 anos, Caroline Rodrigues Tejes também sabe o que é não ter um banheiro em casa. “Agora, temos banheiro em casa. Mas não tínhamos antigamente. Tomávamos banho em outro lugar, em casa de vizinho”, recorda-se a estudante que faz graduação em Estética e Cosmético, em uma universidade na Asa Sul. Ela é uma exceção na região. “Sei que sou vitoriosa por estar fazendo um curso de nível superior”, reconhece.



Caroline vive na Estrutural com a mãe e três irmãos. Sabe o que é não ter banheiro em casa

Assim como a maioria dos demais moradores da Estrutural, Antonio fez a sua casa do lixo. Portas de elevador tornaram-se vigas, que sustentam a residência de três cômodos em que vive com a esposa. Chegou a Brasília em 1986. “ vim para cá para ver se melhorava a vida, que era difícil demais na minha terra”, conta.

#### Seminário

Com o intuito de propiciar o debate a respeito das melhores políticas para o enfrentamento das desigualdades existentes em nosso território, o Comitê Técnico do Observatório da Equidade - instância ligada ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal (CDES-DF), presidido pelo Governador Agnelo Queiroz, e da qual participam também representantes da Codeplan, do Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (Ipea), do UniCeub, da UnB e da Universidade Católica de Brasília – promoveu em novembro o Seminário “PDAD/DF-2011: Propiciando a Leitura Territorializada do DF”, que marcou a divulgação dos resultados gerais da pesquisa.

Durante o seminário, realizado no UniCeub, a pesquisa foi apresentada, com a participação do Governador Agnelo Queiroz, de secretários de Estado, dos conselheiros do CDES-DF, de empresários, pesquisadores, estudantes e representantes de instituições de ensino. “As informações que constam da PDAD são de grande importância ao planejamento governamental. A base de dados da pesquisa é um rico manancial de informações estratégicas para os secretários de Estado e os administradores regionais no exercício da gestão pública pautada no planejamento regional”, ressaltou o Governador.

De acordo com o presidente da Codeplan, Júlio Miragaya, a meta é realizar a PDAD a cada dois anos. A expectativa é que, a partir de 2013, a pesquisa permita comparar os indicadores das regiões administrativas (RAs) – incluindo a Fercal, que, em abril, passou a ser a 31ª RA. “Esse manancial de informações será útil não apenas nas ações do governo, como também à organizações da sociedade civil”, ressaltou Miragaya.

Além disso, a Codeplan irá ampliar a pesquisa, estendendo seu alcance a toda Área Metropolitana de Brasília.



“Esse novo trabalho será fundamental para que o Distrito Federal e as cidades vizinhas possam realizar, de forma integrada, um planejamento que propicie a melhoria das condições de vida da nossa população, planejando nossa cidade para os próximos 50 anos”, concluiu Agnelo Queiroz, governador do DF.

#### Um retrato do DF

A PDAD/DF-2011 foi realizada pela Codeplan em 30 regiões administrações do Distrito Federal. A amostra foi coletada em pouco mais de 23 mil domicílios, com uma média de ocupação de 3,3 pessoas por residência. A população urbana estimada na pesquisa em 2011 é de 2.556.149 habitantes. O objetivo é traçar um perfil do morador do DF quanto às características da unidade domiciliar, população, dados sobre trabalho e renda, posse de bens, gênero, escolaridade, religião, cor/raça, estado civil, migração, com enfoque também no perfil dos responsáveis pelo domicílio.

Segundo apurou a pesquisa, a renda domiciliar média da população é de R\$4.640,86 (8,52 Salários Mínimos-SM) e a renda per capita, R\$1.318,85 (2,42 SM). Os melhores níveis de renda sobressaem em seis localidades, sendo que no Lago Sul a renda domiciliar é de R\$18.950,86. Quando se analisa a distribuição da renda bruta mensal segundo as classes de renda acima de 20 salários mínimos, destaques para o Lago Sul ( 69,90%),

Lago Norte (52,10%), Park Way (48,11%), Jardim Botânico (46,30%), Sudoeste/Octogonal (38,30%) e Brasília (34,30%). Em contrapartida, os domicílios com renda domiciliar mensal até 1 salário mínimo são muito numerosos na Estrutural (18,30%), Varjão (16,39%), Ceilândia (15,50%), Recanto das Emas (12,50%) e Itapoã (12,10%).

A posse de bens como automóveis aparece em 62,86% dos domicílios do DF, sendo que em 98,69% dos domicílios do Lago Sul e 98,14% no Jardim Botânico, em contraste com a Estrutural (32,31%) e Itapoã (33,22%). A bicicleta está presente em 29,08% das residências, a máquina de lavar encontra-se em 71,57% dos domicílios, com percentuais de 98,32% no Lago Sul e 38,53% em Itapoã. As linhas de telefone celular pré-pago chegam a 78,43% e o pós-pago a 23,19%. Entre os que possuem outros imóveis (casas, apartamentos, lotes, lojas e chácaras) são 11,18% no DF e 39,25% no Lago Sul. Por fim, os microcomputadores estão presentes em 55,59% dos domicílios brasileiros, sendo que no Lago Sul estão em quase 84% e em Itapoã e Estrutural em pouco mais de 23%.

A pesquisa mostra que os tipos de domicílios predominantes no DF são casas (75,45%) e apartamentos (21,58%), 99,17% usam alvenaria nas construções residenciais e o piso de cerâmica destaca-se em 80,61% das moradias. Os que declararam residir em imóvel próprio são 71,53% e

22,08% residem em imóveis alugados. Apenas 43,33% residem em imóvel próprio com escritura definitiva; 51,63% disseram que adquiram seus imóveis com recursos próprios, 5,80% por meio de financiamento, 12,16% doados por particulares ou cedidos pelo Governo e 28,48% não têm imóvel.

Os domicílios em terrenos não legalizados ou assentamentos, são 20,18%, constituindo ampla maioria em algumas regiões de baixa renda, como Estrutural (86,30%) e Itapoã (70,03%), assim como em RAs de rendas mais altas, como Vicente Pires (84,61%) e Jardim Botânico (83,02%). Enquanto na Estrutural 83,22% dos domicílios possuem apenas um banheiro e 1,02% tem banheiro coletivo, 94,02% das residências do Lago Sul contam com três ou mais banheiros. A rede de abastecimento de água cobre 98,55% do DF. Quanto ao esgotamento sanitário, 87,19% dos domicílios contam com rede geral e o atendimento por fossa séptica é predominante em regiões administrativas criadas recentemente e com alta renda, como Jardim Botânico (94,82%), Park Way (93,13%) e Vicente Pires (86,02%), enquanto algumas RAs de renda baixa possuem 100% de cobertura da rede geral, como Santa Maria, ou mais de 99%, como Recanto das Emas e Itapoã.

Enquanto 30,52% dos domicílios do DF tem até 60m<sup>2</sup> este percentual é de 74,03% na Estrutural e de apenas 0,19% no Lago Sul. De outro lado as



Antônio Carneiro da Silva, alagoano, fez a sua casa do lixo da Estrutural - Distrito Federal. Portas de elevador tornaram-se vigas, que sustentam a residência de três cômodos

residências com área acima de 150m<sup>2</sup> são 10,10%; no DF, 95,89% no Lago Sul e 0% na Estrutural.

A população compõe-se de 52,53% de mulheres. O número de crianças até 14 anos chega a 35,20% da população total na Estrutural e 33,84%, em Itapoã, mas no Lago Sul são apenas 12,01% e no Lago Norte, 9,37%. Os idosos com 60 anos ou mais, no Lago Sul, representam 30,12% da população e em Brasília 21,88%, mas na Estrutural são apenas 3,23%. Em relação à cor/raça declarada, 53,93% são negros, compreendem a 49,41% de pardos/mulatos e 4,51%, pretos. Os brancos, que são 45,74%, predominam no Lago Sul (80,47%), Lago Norte (80,22%), Sudoeste/Octogonal (76,58%) e Brasília (70,03%). Os negros predominam na Estrutural (75,84%), Paranoá (72,78%), Varjão (71,95%) e Itapoã (71,36%).

O estado civil no DF segue o padrão tradicional. A maioria, incluindo os conviventes, constitui-se de casados (50,15%). Entre as Regiões Administrativas (RAs), os conviventes foram mais representativos na Estrutural, Varjão e Itapoã, com percentuais entre 25% e 33%. Os solteiros são 39,96% em média no DF.

A religião católica é praticada pela maioria dos moradores do DF (61,82%), os evangélicos são 27,93% e os espíritas, 3,16%. Os católicos predominam no Lago Sul (73,64%); São Sebastião, (69,10%) e no Guará, (69,00%). Os maiores percentuais de evangélicos são encontrados nas RAs com menor poder aquisitivo: Estrutural (44,83%), Varjão (38,43%) e Itapoã (36,74%). Os sem religião variam de 2,79% em Santa Maria a 11,96% no Lago Norte, sendo que na média representam 4,80%.

Os naturais do Distrito Federal são 48,11% da população e os migrantes ainda são maioria (51,89%). Desses, 51,05% vieram das regiões Nordeste; 27,65%, do Sudeste; 13,88%, do Centro-Oeste e apenas 6,84% das regiões Norte e Sul. Quando desagregada a naturalidade por RAS, a população oriunda do Sudeste predomina no Lago Sul (49,58%), no Lago Norte (49,05%) e em Brasília (44,06%). Dos que

**O DF possui 783,7 mil pessoas estudando (30,66% da população urbana), sendo que pouco menos de 65% em escolas públicas. Quanto ao nível de escolaridade, os analfabetos acima de 15 anos (incluindo os que apenas sabem ler e escrever e frequentam cursos de alfabetização) são 3,71%, sendo que no Paranoá são 5,38%; em Planaltina 6,03%; e em Brazlândia 6,08%. Quanto aos que possuem curso superior completo, são 15,87% no DF; sendo que no Lago Norte são 63,23% e no Itapoã, apenas 0,52%.**

vieram do Nordeste, há ampla maioria na Estrutural (69,38%) e Itapoã (67,79%). Quase 45% do total de migrantes residem no DF há mais de 15 anos sendo acima de 69% no Gama e apenas 7,23% no Sudoeste e o maior motivo da migração é a procura de trabalho, aparecendo em segundo plano, acompanhamento de parentes.

O DF possui 783,7 mil pessoas estudando (30,66% da população urbana), sendo que pouco menos de 65% em escolas públicas. Quanto ao nível de escolaridade, os analfabetos acima de 15 anos (incluindo os que apenas sabem ler e escrever e frequentam cursos de alfabetização) são 3,71%, sendo que no Paranoá são 5,38%; Planaltina, 6,03% e em Brazlândia, 6,08%. Quanto aos que possuem curso superior completo são 15,87% no DF, sendo que Lago Norte são 63,23% e no Itapoã apenas 0,52%.

A pesquisa apurou que estão ocupados no mercado de trabalho com atividade remunerada 41,75% da população. Foi estimado um total de 1.078,3 mil ocupados, dos quais 0,54% trabalha na agropecuária; 6,61% na indústria; 24,93% no comércio; 22,14% na Administração Pública (administração direta, empresas públicas e fundações); 29,6%

em serviços diversos e 16,0%, em atividades não definidas.

A maior proporção de trabalhadores na Administração Pública é encontrada no Sudoeste/Octogonal (54,39%), Brasília (46,14%); Lago Norte (47,96%) e Jardim Botânico (42,59%). Já os empregados domésticos são numerosos no Varjão (19,33%); Itapoã (13,88%), São Sebastião (12,68%) e Paranoá (12,79%).

A construção civil é responsável por 5,32% do total de ocupados do DF, tendo grande presença em Itapoã (19,5%) e na Estrutural (14,0%). Já o comércio ocupa 24,96% do total, superando 30% em várias RAs: Candangolândia, Ceilândia, Planaltina, entre outras.

Dos 1078,3 mil postos de trabalho gerados no DF, a RA I - Brasília responde por 477,1 mil (44,25%) Seguida por Taguatinga com 8,31% e Ceilândia (6,24%). E 75,3 mil pessoas (7,00%) trabalham em dois ou mais locais.

Dos responsáveis pelos domicílios, 69,84% são homens e 30,16%, mulheres. Concentram-se no grupo com mais de 55 anos (37,56%) e de 46 a 55 anos (22,11%). A escolaridade neste segmento compreende 7,07% de analfabetos e 28,28% com ensino fundamental incompleto, perfazendo 35%, sendo que na Estrutural esse percentual chega 67,70% e em Itapoã a 69,30%.

Enquanto no Lago Sul, Lago Norte e Sudoeste/Octogonal mais de 80% têm nível superior completo, na Estrutural e Itapoã são pouco mais de 1%. A renda individual média é de R\$2.751,59 (5,05 SM). Os responsáveis que moram no Lago Sul, recebem 21,16 SM, no Lago Norte, 15,45 SM e em Itapoã e SCIA Estrutural, cerca de 1,40 SM.

(\*) Mariana Mainenti, Valda Queiroz e Eliane Menezes são jornalistas/Codeplan

# Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha.

## Mais uma obra de arte na cidade que é um museu a céu aberto.



O Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha será muito mais do que um estádio de futebol. Será uma arena multiuso, com shows, eventos nacionais e internacionais, e exposições. Além disso, o estádio poderá ser o primeiro do mundo a receber o certificado máximo de sustentabilidade. 80% da água utilizada na arena será captada da chuva e a energia produzida no estádio vai ser capaz de iluminar 2 mil residências. É o GDF contribuindo para a preservação do meio ambiente e gerando mais qualidade de vida para você.



Secretaria  
Extraordinária  
da Copa



[www.gdfdiaadia.df.gov.br](http://www.gdfdiaadia.df.gov.br)

# EU ACREDITO

**em mim,  
no meu negócio,  
que vou vender tudo,  
que vou matar um leão por dia,  
que amanhã começa tudo de novo.**

Você acreditou que poderia trabalhar por conta própria. O Sebrae acreditou junto e ajudou a criar o Empreendedor Individual. O que era dificuldade virou oportunidade. Agora você possui auxílio-doença, licença-maternidade e o tão sonhado CNPJ. Um dia você vai se aposentar, mas até lá, vai fazer muito negócio e crescer com o país. Pode acreditar.



Miguel Rieth, proprietário da  
Muv Custom Shoes, Brasília/DF.  
Acesse o QR code e assista ao vídeo.